

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2010
(comparadas com as do exercício social findo em 31.12.2009)

1. BALANÇOS PATRIMONIAIS
2. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
3. DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
4. DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO
5. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
6. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
7. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
8. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Elaboradas de acordo com:

- a) Lei n.º 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e alterações dos aspectos contábeis e de divulgação, não conflitantes com as disposições da referida lei em vigência;
- b) Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007;
- c) Resolução ANEEL n.º 396, de 23 de fevereiro de 2010;
- d) Despacho SFF/ANEEL n.º 3.034/2006, de 21 de dezembro de 2006, e Despacho SFF/ANEEL n.º 3.073/2006, de 28 de dezembro de 2006;
- e) Despacho SFF/ANEEL n.º 4.097/2010, de 30 de dezembro de 2010;
- f) Dispositivos de caráter normativo e regulatório estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL);
- g) Dispositivos de caráter normativo estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – (CFC);
- h) Dispositivos de caráter normativo estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM);
- i) Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC);



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

ATIVO	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>CIRCULANTE</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	68.189	25.643	73.726
Consumidores e concessionárias	6.a	479.519	548.161	442.121
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	6.b	(161.813)	(279.831)	(219.261)
Devedores diversos	7	40.614	29.629	39.493
Tributos compensáveis	8	25.788	11.053	5.481
Estoques	9	12.140	31.051	10.150
Reembolso da CCC - ISOL - Lei 12.111/09	10	1.613.228	459.564	-
Despesas pagas antecipadamente		1.715	860	1.529
Outros créditos		742	477	10.587
		2.080.122	826.607	363.826
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Partes relacionadas	44.a	64	223	513
Tributos compensáveis	8	1.135.138	1.318.591	1.162.523
Depósitos judiciais	11	70.582	32.150	4.491
Devedores diversos	7	3.804	4.357	8.888
Ativo financeiro - concessão	13	1.253.386	989.337	794.136
Outros créditos		9.070	9.070	-
		2.472.044	2.353.728	1.970.551
INVESTIMENTOS	12	7.670	7.670	7.670
IMOBILIZADO	14	1.351.544	1.386.118	1.441.225
INTANGÍVEL	15	680.785	680.458	951.724
		4.512.043	4.427.974	4.371.170
TOTAL DO ATIVO		6.592.165	5.254.581	4.734.996



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

(continuação)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	18	2.086.764	914.714	392.176
Folha de pagamento	19	7.184	7.275	3.946
Encargos de dívidas		7	-	873
Empréstimos e financiamentos	20	85.517	92.300	228.125
Arrendamento financeiro a pagar	21	120.485	108.827	106.435
Taxas regulamentares	22	12.411	1.489	7.690
Tributos a recolher	23	72.906	59.676	42.829
Obrigações estimadas	24	20.515	15.907	18.930
Parcelamentos	25	73.842	68.449	63.904
Outras obrigações	27	69.370	20.832	41.155
		2.549.001	1.289.469	906.063
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos	20. a	413.546	271.034	1.039.142
Arrendamento financeiro a pagar	21	1.694.547	1.639.448	1.685.071
Passivo atuarial - CVM 600	43	-	126	277
Provisões para contingências	28. a	110.483	96.194	123.495
Recursos da CCC	29. b	1.020.252	438.535	804.189
Tributos a recolher	23	-	-	8.095
Parcelamentos	25	88.620	149.304	199.481
Adiantamento para aumento de capital	26	57.266	1.573.797	-
Outras obrigações	27	25.030	20.232	-
Obrigações com contrato de concessão		255.511	32.892	-
		3.665.255	4.221.562	3.859.750
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>				
Capital Social	31. a	4.330.917	2.381.558	2.381.558
Ajustes de avaliação patrimonial	43	(884)	(510)	(277)
Prejuízos Acumulados	31. b	(3.952.124)	(2.637.498)	(2.412.098)
		377.909	(256.450)	(30.817)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		6.592.165	5.254.581	4.734.996

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
RECEITA	32	1.519.894	1.853.798
CUSTOS DO SERVIÇO	33	<u>(1.420.463)</u>	<u>(1.176.183)</u>
LUCRO BRUTO		<u>99.431</u>	<u>677.615</u>
Despesas com vendas	34	(95.620)	(113.050)
Despesas gerais e administrativas	35	(171.224)	(206.429)
Outras (despesas) - líquidas	36	<u>(708.891)</u>	<u>(259.262)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(876.304)	98.874
Receitas financeiras	37	191.887	62.393
Despesas financeiras	37	<u>(630.209)</u>	<u>(386.667)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(438.322)</u>	<u>(324.274)</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(1.314.626)	(225.400)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

DESCRIÇÃO	NOTAS	31.12.2010	31.12.2009
Prejuízo do exercício		<u>(1.314.626)</u>	<u>(225.400)</u>
Outros componentes do resultado abrangente			
Perda atuarial com benefícios pós emprego	42	(374)	(233)
Total do resultado abrangente do exercício		<u><u>(1.315.000)</u></u>	<u><u>(225.633)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	CAPITAL INTEGRALIZADO	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Em 01 de janeiro de 2009	2.381.558	(277)	(2.412.098)	(30.817)
Resultado abrangente - Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	-	(233)	-	(233)
Prejuízo do exercício	-	-	(225.400)	(225.400)
Em 31 de dezembro de 2009	2.381.558	(510)	(2.637.498)	(256.450)
Resultado abrangente - Perda atuarial com benefícios de aposentadoria	-	(374)	-	(374)
Integralização de capital social	1.949.359	-	-	1.949.359
Prejuízo do exercício	-	-	(1.314.626)	(1.314.626)
Em 31 de dezembro de 2010	4.330.917	(884)	(3.952.124)	377.909

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	2010	2009
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.314.626)	(225.400)
Ajustes p/ reconciliar o (prejuízo) com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação e amortização	124.403	185.748
Variações monetárias / cambiais líquidas	-	(4.932)
Encargos financeiros	88.575	154.215
Encargos financeiros do arrendamento financeiro	332.449	213.470
AVP - Avaliação atuarial	(374)	(233)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	4.274	67.357
Constituição (reversão) de provisão para contingências	7.892	(27.885)
Provisões para perdas em estoque	-	5.600
Baixa de obrigações da CCC	-	(576.537)
Baixa de ativo financeiro concessão	12.032	2.893
Baixa de ativo intangível	11.730	1.301
Baixa de ativo imobilizado	429	-
Baixa de créditos tributários prescritos	468.833	-
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (impairment)	243.910	260.275
	(20.473)	55.872
Variações no Ativo Circulante		
Consumidores e concessionárias	68.642	(106.040)
Estoques	18.911	(26.501)
Despesas pagas antecipadamente	(855)	669
Devedores diversos	(10.985)	9.864
Tributos compensáveis	(14.735)	(5.572)
Provisão para devedores duvidosos	(122.292)	(6.787)
Conta de consumo de combustíveis - CCC	(1.128.581)	(459.564)
Outros créditos	(265)	10.110
	(1.190.160)	(583.821)
Variações no Ativo Não Circulante		
Tributos compensáveis	(313.450)	(156.068)
Partes relacionadas	159	290
Devedores diversos	553	4.531
Ativo financeiro - concessão	(360.664)	(225.819)
Outros créditos	-	(9.070)
	(673.402)	(386.136)
Variações no Passivo Circulante		
Fornecedores	1.172.050	522.538
Folha de pagamento	(91)	3.329
Arrendamento financeiro a pagar	11.658	(211.078)
Tributos a recolher	13.230	16.847
Taxas regulamentares	10.922	(6.201)
Obrigações estimadas	4.608	(3.023)
Parcelamentos	5.393	4.545
Outras obrigações	48.538	(20.323)
	1.266.308	306.634
Variações no Passivo Não Circulante		
Conta de consumo de combustíveis - CCC	584.704	210.883
Arrendamento financeiro a pagar	(277.350)	(45.623)
Tributos a recolher	-	(8.095)
Passivo atuarial - CVM 600	(126)	(151)
Provisões para contingências	6.397	584
Parcelamentos	(60.684)	(50.177)
Obrigações especiais - ativo financeiro concessão	93.439	27.725
Obrigações especiais - ativo intangível	17.848	11.461
Outras obrigações	4.798	20.232
	369.026	166.839
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais		
Pagamento de encargos financeiros	(28.673)	(23.172)
Depósitos judiciais	(38.432)	(27.659)
	(315.806)	(491.443)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO NAS) GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
	(315.806)	(491.443)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(39.198)	(17.607)
Aquisição de ativo intangível	(19.891)	(31.477)
Aquisição de ativo intangível - concessão	(91.221)	(50.436)
	(150.310)	(99.520)
CAIXA LÍQUIDO APLICADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
	(150.310)	(99.520)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimento de recursos destinados a aumento de capital	375.562	212.500
Empréstimos e financiamentos obtidos	133.100	333.034
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(2.654)
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	508.662	542.880
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	42.546	(48.083)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.643	73.726
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	68.189	25.643

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS)**

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.067.217	2.409.983
Receitas de Vendas de Energia e Serviços	2.062.298	2.407.940
Outras Receitas	4.919	2.043
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.812.798)	(1.172.029)
Custo da energia elétrica comprada	(361.599)	(233.035)
Serviços de terceiros	(237.066)	(184.456)
Material	(70.559)	(32.135)
Combustíveis p/produção de energia elétrica	(414.902)	(367.069)
Custo de construção	(438.593)	(257.749)
Recuperação de despesa - CCC - ISOL Lei nº 12.111/09	491.259	230.966
Provisão para perda com prescrição de créditos tributários	(201.343)	-
Outros	(68.595)	(68.276)
Provisão para desvalorização de ativos (impairment)	(243.910)	(260.275)
Provisão para desvalorização de créditos prescritos	(267.490)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	254.419	1.237.954
RETENÇÕES	(136.569)	(230.820)
Depreciação e amortização	(124.403)	(185.748)
Constituição (reversão) de provisões	(12.166)	(45.072)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	117.850	1.007.134
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	191.887	62.393
Receitas financeiras	191.887	62.393
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	309.737	1.069.527
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	226.995	177.236
Governos (Impostos e contribuições)	505.444	526.696
Contribuições Sociais INSS e FGTS	60.266	51.095
ICMS	288.339	290.902
COFINS e PIS/PASEP	156.839	184.699
Financiadores	794.698	512.454
Encargos de dívidas, variação monetária e outros	630.209	386.667
Aluguéis	164.489	125.787
Encargos setoriais	97.226	78.541
(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(1.314.626)	(225.400)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	309.737	1.069.527

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**
(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Amazonas Distribuidora de Energia S/A – (“Amazonas Energia” ou “Companhia”) é uma empresa de capital fechado, de direito privado, com atuação no Estado do Amazonas, tendo como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Sete de Setembro, nº 2.214, Cachoeirinha – Manaus – Amazonas.

A Amazonas Energia, tem geração própria (1.600,60 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. Com a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – (CEAM) pela Amazonas Energia o parque gerador da companhia foi acrescido de 97 usinas térmicas isoladas próprias e mais três usinas supridas por terceiros. A Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE supre o município de Guajará. O município de Itacoatiara, apesar de possuir parque térmico próprio, completa sua necessidade comprando energia da Hermasa Navegação da Amazônia S.A. (Autoprodutor) e BK Energia Itacoatiara Ltda (Produtor Independente). Esse complexo é composto, quase todo, por usinas térmicas a diesel.

A Amazonas Energia com o intuito de manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da ANEEL, mantém contrato com diversas empresas, alocando grupos geradores operantes nas usinas do interior de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral.

Em 28 de março de 2008, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Companhia Energética do Amazonas – (CEAM), nos termos do artigo 227 da Lei nº. 6.404/76, conforme já previamente aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – (ANEEL), através da Resolução Autorizativa nº. 1.304, de 18 de março de 2008, devendo a Amazonas Energia suceder todos os direitos e obrigações da empresa incorporada.

Em 28 de maio de 2008, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, a transferência total do controle acionário da Amazonas Energia para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS.

NOTA 02 – CONCESSÕES

A Companhia detém as seguintes concessões e autorizações junto ao órgão regulador do serviço público de energia elétrica:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Concessões Autorizações	Ato autorizativo	Vencimento	Capacidade Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada (MW) (*)
UHE Balbina (Rio Uatumã)	Portaria do MME nº. 371, datada de 28.12.2007, prorroga por vinte anos a concessão, a partir de 1º, de março de 2007	01.03.2027	250,0	250,0
UTE Aparecida	Bloco 1 Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	130,4	92,0
	Bloco 2		121,0	80,0
UTE Mauá	Bloco 1 Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	149,5	105,1
	Bloco 2		50,4	0,0
	Bloco 3		135,0	110,0
	Bloco 4		166,3	157,5
Reagrupamento com 61 municípios para distribuir Energia Elétrica e respectivas instalações de transmissão de âmbito próprio.	Resolução ANEEL nº 048, de 02.02.2001, art. 22 da Lei 9.074, de 07.07.1995. Portaria n.º 35, de 20.02.2001 MME. Res. Autorizativa ANEEL n.º 1.304, de 18.03.2008, em seu art. 1.º anui à incorporação da CEAM pela MESA, com transferência das concessões de geração e distribuição e versão dos ativos e passivos.	07.07.2015	393,0	298,0
Distribuição Município de Manaus	Resolução ANEEL n.º 283, de 26.07.2000, e Resolução ANEEL n.º 53, de 08.02.2001, Contrato de Concessão n.º 20/2001 ANEEL, de 21.03.2001, e o seu 1º Termo Aditivo de 17.10.2005, Portaria n.º 34 MME, de 20.02.2001, art. 22, § 2º da Lei n.º 9.074, de 07.07.95.	07.07.2015	-	-
UTE FLORES	Despacho ANEEL nº 3.209, de 25.08.2009, autoriza a Manaus Energia a alterar a capacidade instalada da UTE Flores	07.07.2015	95,4	78,6
UTE Cidade Nova	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	20,0	11,2
UTE Iranduba **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	54,7	50,0
UTE Distrito **	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	46,9	40,0
UTE São José	Despacho ANEEL nº 1.596, de 07.06.2010, autoriza a Amazonas Energia a alterar em caráter excepcional as características técnicas da UTE	07.07.2015	50,0	32,0
Total			1.662,6	1.304,4

(*) Não auditadas

(**) Utilização de parte da outorga da UTE Mauá

A Amazonas Energia detém a concessão, com vencimento em 07 de julho de 2015, para distribuição de energia elétrica no Estado do Amazonas, atendendo a 100% dos consumidores da sua área de concessão. A Companhia não atende consumidores livres no Estado, por atuar num sistema isolado.

No quadro a seguir está demonstrado o resumo da quantidade de municípios atendidos, bem como as datas de vigência do contrato de concessão:

Nº de Municípios Atendidos	Localidade da Sede	Data da Concessão	Vencimento da Concessão
01 - Município de Manaus/Amazonas	Manaus	21.03.2001	07.07.2015
61 - municípios reagrupados para distribuição de energia elétrica/Amazonas	Manaus	11.04.2008	07.07.2015



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração da Companhia em 27 de abril de 2011.

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), os quais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das presentes demonstrações foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a recuperabilidade do ativo imobilizado nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, com intervalo não superior a um ano.

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º. de janeiro de 2009 com a finalidade de transição para a aplicação dos novos pronunciamentos contábeis.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e o valor justo, quando aplicável. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

3.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado - disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores justos (Nota 05).

3.2 Consumidores e concessionárias

Engloba as contas a receber decorrente do fornecimento de energia elétrica faturado e não faturado, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis (Nota 06.a).

3.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros (Nota 06.b).

3.4 Estoques

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração da Companhia (Nota 09).

3.5 Investimentos

Os investimentos que não se destinam ao objetivo da concessão estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável (Nota 12).

3.6 Ativo Financeiro - Concessão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão (Nota 13).

Essa parcela de infra-estrutura refere-se ao segmento de distribuição de energia, não aplicável à geração, classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa de energia dos consumidores.

3.7 Imobilizado

É avaliado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (Nota 14).

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, calculada pelo método linear, de acordo com as taxas fixadas pela ANEEL, que representam uma base razoável de vida útil dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Em função da adoção pela Companhia dos Pronunciamentos Técnicos ICPC 01- Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão, os valores registrados como ativo imobilizado são bens de uso administrativo. Demais ativos, geradores de receita e vinculados a concessão, foram reclassificados como Ativos Financeiros Indenizáveis (Concessão) e Intangíveis. Dentre estes ativos estão àqueles relacionados ao segmento de geração, cuja avaliação da administração, atende aos requisitos do ICPC 01.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

3.8 Intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM n^{os} 553, de 12 de novembro de 2008, 611, de 22 de dezembro de 2009 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC 05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 15).

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição e geração. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão, pelo método linear.

3.9 Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o valor em uso.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para o setor em que opera a unidade geradora de caixa (Nota 16).

3.10 Arrendamento Financeiro

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (Leasing) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 15).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

3.11 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. São avaliados de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e estão apresentados no Balanço segundo o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Nota 11).

a) Avaliação: atendem a definição de ativo financeiro (direito contratual de receber caixa), são classificados na categoria empréstimos e recebíveis e mensurados pelo custo amortizado, isto é, atualizados monetariamente, segundo remuneração da Caixa Econômica Federal (TR, SELIC, etc.)

b) Apresentação: os depósitos judiciais decorrentes de processos tributários, efetuados pelo valor integral da obrigação/contingência, tornam a exigibilidade do crédito tributário suspensa. Nessas circunstâncias, esses depósitos são apresentados no Balanço reduzindo o valor do passivo correspondente, e os valores atualizados são abertos em nota explicativa. Para os demais tipos processuais de depósitos, são analisadas as peculiaridades de cada caso para eventual apresentação líquida.

3.12 Empréstimos e Financiamentos

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos (Nota 20).

3.13 Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

3.14 Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos, implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

3.15 Receitas e Despesas Financeiras

Compostas principalmente por juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos concedidos e operações com instrumentos financeiros (Nota 37).

3.16 Provisões para Contingências

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das Demonstrações Contábeis, levando em consideração os riscos e incertezas relacionadas (Nota 28.a).

O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

3.17 Conversão de Saldos Denominados em Moeda Estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.18 Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros (Nota 38).

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimos e recebíveis pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, leasing a pagar e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

3.19 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor.

b) Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão (nota 32).

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

- (i) A atividade fim da Companhia é a geração e distribuição de energia elétrica;
- (ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a geração e distribuição de energia elétrica.
- (iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

Mensalmente, o valor da totalidade das adições efetuadas no ativo intangível em curso é transferido para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

c) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada e aplicável a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

A receita financeira decorrente da remuneração do investimento do ativo financeiro indenizável da concessão é obtida pela aplicação do percentual do denominado WACC regulatório sobre o total do faturamento de energia, reconhecida como receita operacional, em linha com o OCPC 05.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

3.20 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

A Companhia adota os procedimentos recomendados pela Deliberação CVM nº. 600, realizando anualmente a avaliação atuarial independente dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotadas nessa avaliação independente foram realizados pela empresa Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda., a qual segue os padrões recomendados pela CVM e pelo Instituto Brasileiro dos Auditores Independentes - IBRACON (Nota 42).

O programa de benefícios previdenciários a seus empregados é mantido sob administração da Fundação de Previdência Complementar - PREVINORTE, que é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Eletronorte. A Amazonas Energia é co-patrocinadora da mesma.

Os ganhos e perdas gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais com os planos de benefícios são reconhecidos como outros resultados abrangentes.

3.21 Tributação

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

3.22 Apuração do Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.23 Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão (RGR) – é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual (Nota 22.a).

b) Conta de Consumo de Combustível (CCC) – é a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados (Nota 22.b).

3.24 Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas distribuidoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Recita Operacional Líquida – ROL, sendo 0,5% em programas de pesquisa e desenvolvimento, 0,5% em programas de eficiência energética e 0,3% para fins de ressarcimento às Unidades da Federação que tiveram perdas de receita decorrente da



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

3.25 Compromissos com o Meio Ambiente

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas premissas e critérios definidos pela administração, nos termos do CPC – 25 (Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes), em atendimento às exigências dos órgãos públicos competentes para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos.

Na hipótese dos gastos decorrerem de questões ambientais, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

3.26 Subvenção da Conta de Consumo de Combustível - CCC

Esta Subvenção tem por objetivo cobrir parte dos elevados custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, cujos recursos são provenientes da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Corresponde a uma receita de subvenção recebida referente ao combustível requisitado e pago por conta da CCC.

3.27 Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

b) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

d) Ativo financeiro- concessão

Conforme divulgado na Nota 13, a Administração da Companhia, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, as quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, estimou o ativo financeiro indenizável oriundo da concessão, considerando os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, sendo tais montantes classificados como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. A parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A Companhia, com base em parecer de seus consultores jurídicos externos, entende que o valor residual contábil é o valor a ser indenizado ao final da concessão.

3.28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.29 Demonstrações do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 04 – ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitidos até 31 de dezembro de 2008, e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BR GAAP).

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu, em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi emitida no Brasil, na forma da ICPC 01, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em dezembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A ICPC 01 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infra-estruturas, bem como o preço dessa prestação, e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infra-estruturas.

A ICPC 01 é aplicável à Companhia e está sendo adotado em 2010, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2009. Assim, as demonstrações contábeis dos exercícios anteriores estão sendo reapresentadas, sendo definido 1º de janeiro de 2009, como a data de transição.

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, e optou por aplicar as exceções obrigatórias e isenções opcionais de aplicação retrospectiva quais sejam: (i) valor justo como custo atribuído, adotando o custo histórico do ativo imobilizado; (ii) Combinação de negócios por não ser aplicável; e (iii) aplicação retroativa do ICPC 01 por ser considerada impraticável, conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CPC 37 exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC, em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira, e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todas as normas), sendo que a Companhia adotou 1º de janeiro de 2009 como a data de transição. A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC emitidos até 31 de dezembro de 2010.

As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas na data de transição, incluindo a reconciliação do resultado do exercício de 2009, com aquelas adotadas na apresentação das demonstrações contábeis comparativas estão descritas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Balanco Patrimonial de Abertura em 01.01.2009

ATIVO	01.01.2009	AJUSTES	01.01.2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	73.726		73.726
Consumidores e concessionárias	442.121		442.121
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(219.261)		(219.261)
Devedores diversos	39.493		39.493
Tributos compensáveis	5.481		5.481
Estoques	67.577	(57.427)	10.150
Ativos regulatórios	222.933	(222.933)	-
Despesas pagas antecipadamente	1.529		1.529
Outros créditos	10.587		10.587
	644.186	(280.360)	363.826
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Partes relacionadas	513		513
Tributos compensáveis	1.162.523		1.162.523
Depósitos judiciais	4.491		4.491
Devedores diversos	8.888		8.888
Ativo Financeiro- concessão	-	794.136	794.136
	1.176.415	794.136	1.970.551
INVESTIMENTOS	7.670		7.670
IMOBILIZADO	1.817.916	(376.691)	1.441.225
INTANGÍVEL	6.507	945.217	951.724
	3.008.508	1.362.662	4.371.170
TOTAL DO ATIVO	3.652.694	1.082.302	4.734.996



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	01.01.2009	AJUSTES	01.01.2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	392.176		392.176
Folha de pagamento	3.946		3.946
Encargos de dívidas	873		873
Empréstimos e financiamentos	228.125		228.125
Arrendamento Financeiro a Pagar	-	106.435	106.435
Taxas regulamentares	7.690		7.690
Tributos a recolher	42.829		42.829
Obrigações estimadas	18.930		18.930
Passivos regulatórios	12.516	(12.516)	-
Parcelamentos	63.904		63.904
Outras obrigações	41.155		41.155
	812.144	93.919	906.063
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	1.039.142		1.039.142
Arrendamento financeiro a Pagar	-	1.685.071	1.685.071
Passivo atuarial - CVM 600	-	277	277
Provisões para contingências	123.495		123.495
Recursos da CCC	804.189		804.189
Tributos a recolher	8.095		8.095
Parcelamentos	199.481		199.481
	2.174.402	1.685.348	3.859.750
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>			
Capital Social	2.381.558		2.381.558
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(277)	(277)
Prejuízos Acumulados	(1.715.410)	(696.688)	(2.412.098)
	666.148	(696.965)	(30.817)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	3.652.694	1.082.302	4.734.996



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Balço Patrimonial em 31.12.2009

ATIVO	31.12.2009	AJUSTES	31.12.2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	25.643		25.643
Consumidores e concessionárias	548.161		548.161
(-) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	(279.831)		(279.831)
Devedores diversos	29.629		29.629
Tributos compensáveis	11.053		11.053
Estoques	107.407	(76.356)	31.051
Ativos regulatórios	313.684	(313.684)	-
Reembolso da CCC - ISOL Lei nº 12.111/09	311.037	148.527	459.564
Despesas pagas antecipadamente	860		860
Outros créditos	477		477
	1.068.120	(241.513)	826.607
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Partes relacionadas	223		223
Tributos compensáveis	1.290.521	28.070	1.318.591
Depósitos judiciais	32.150		32.150
Devedores diversos	4.357		4.357
Ativo financeiro - concessão	-	989.337	989.337
Ativos regulatórios	38.961	(38.961)	-
Outros créditos	9.070		9.070
	1.375.282	978.446	2.353.728
INVESTIMENTOS	7.670	-	7.670
IMOBILIZADO	1.958.739	(572.621)	1.386.118
INTANGÍVEL	14.243	666.215	680.458
	3.355.934	1.072.040	4.427.974
TOTAL DO ATIVO	4.424.054	830.527	5.254.581



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	31.12.2009	AJUSTES	31.12.2009
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	914.714		914.714
Folha de pagamento	7.275		7.275
Empréstimos e financiamentos	92.300		92.300
Arrendamento financeiro a pagar	-	108.827	108.827
Taxas regulamentares	1.489		1.489
Tributos a recolher	59.676		59.676
Obrigações estimadas	15.907		15.907
Passivos regulatórios	91.309	(91.309)	-
Parcelamentos	68.449		68.449
Outras contas a pagar	20.832		20.832
	1.271.951	17.518	1.289.469
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Empréstimos e financiamentos	271.034		271.034
Arrendamento financeiro a pagar	-	1.639.448	1.639.448
Passivo atuarial - CVM 600	-	126	126
Provisões para contingências	96.194		96.194
Recursos da CCC	435.548	2.987	438.535
Parcelamentos	149.304		149.304
Adiantamento para aumento de capital	-	1.573.797	1.573.797
Obrigações com contrato de concessão	-	32.892	32.892
Outras contas a pagar	20.232		20.232
	972.312	3.249.250	4.221.562
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>			
Capital Social	2.381.558		2.381.558
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	(510)	(510)
Prejuízos Acumulados	(1.775.564)	(861.934)	(2.637.498)
	605.994	(862.444)	(256.450)
Recursos destinados a aumento de capital	1.573.797	(1.573.797)	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)	4.424.054	830.527	5.254.581



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Demonstração do Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2009

O efeito da mudança de prática contábil relacionada a implantação do CPC no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi o seguinte:

DESCRIÇÃO	De acordo com o BR GAAP antigo	Baixa de Ativos/Passivos Regulatórios	Ajuste ICPC 01	Arrendamento Financeiro	Outros Ajustes	De acordo com o CPC
		(a)	(b)	(c)	(d)	
Receita	1.589.797	71.522	257.749		(65.270)	1.853.798
Custos e despesas operacionais	(1.535.317)	(126.900)	(282.410)	210.085	238.880	(1.495.662)
Lucro (prejuízo) operacional	54.480	(55.378)	(24.661)	210.085	173.610	358.136
Outras Receitas / despesas	1.013	-	-	-	(260.275)	(259.262)
Receitas financeiras	69.364	4.843	-	-	-	74.207
Despesas financeiras	(185.011)	-	-	(213.470)	-	(398.481)
Prejuízo do exercício	(60.154)	(50.535)	(24.661)	(3.385)	(86.665)	(225.400)

a) Ativos e passivos regulatórios – CPC 00 (Estrutura conceitual)

Este CPC define a Estrutura Conceitual e determina às Companhias como elaborar e apresentar as demonstrações contábeis, estabelecendo as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. Os ativos e passivos regulatórios referentes às diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, não são segundo o CPC reconhecidos no balanço patrimonial.

b) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu:

(i) Um ativo intangível correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e

(ii) Um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente. O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada.

c) Arrendamento Financeiro (CPC 06)

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O ajuste de R\$ 210.085 refere-se ao valor de R\$ 256.701 do ajuste a valor presente do arrendamento financeiro de 2009, deduzido do valor de R\$ 46.616 da despesa de depreciação.

d) Outros Ajustes

- Impairment - Em 2009 foi contabilizado impairment no valor de R\$ 260.275.
- Recálculo da Lei nº 12.111/09 – Ajuste da rubrica de Recuperação de Despesa da CCC – ISOL em R\$ 173.610 no exercício de 2009, por conta da Lei nº 12.111/09.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa	-	57	22
Contas Bancárias à Vista	58.965	15.538	22.285
Fundos de Caixa	49	44	37
Contas Bancárias à Vista Vinculadas	-	1.986	1.905
Numerário em Trânsito	1.096	143	69
Aplicações no Mercado Aberto	8.079	7.875	49.408
Total	68.189	25.643	73.726

A Amazonas Energia aplica suas disponibilidades no tipo de aplicação denominado “Extra-Mercado”. Essa aplicação é um fundo de investimento em renda fixa de liquidez imediata, constituído sob a forma de condomínio aberto e com prazo de duração indeterminado, o qual tem por objetivo proporcionar a rentabilidade de suas cotas (a qual é obtida através da quantidade de quotas x valor das quotas), através da diversificação dos ativos que compõem sua carteira em ativos e modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro.

NOTA 06 – CONSUMIDORES E CONCESSIONÁRIAS

a) Composição dos Créditos

Os créditos decorrentes da venda de energia elétrica apresentam o seguinte perfil:

CIRCULANTE	31.12.2010			31.12.2009	01.01.2009
	VINCENDOS	VENCIDOS		TOTAL	TOTAL
		ATÉ 90 DIAS	HÁ MAIS DE 90 DIAS		
CONSUMIDORES					
. Residencial	48.159	37.811	14.852	100.822	193.038
. Industrial	37.560	13.224	66.468	117.252	110.907
. Comércio, serviços e outras atividades	31.223	13.012	17.823	62.058	77.746
. Rural	1.553	880	822	3.255	2.551
. Poder Público					
. Federal	4.760	1.684	1.844	8.288	7.658
. Estadual	12.655	6.348	7.028	26.031	21.627
. Municipal	5.068	4.218	12.593	21.879	28.656
. Iluminação Pública	2.811	66	974	3.851	4.489
. Serviço Público	16.969	1.512	16.403	34.884	23.666
Subtotal	160.758	78.755	138.807	378.320	470.338
PARCELAMENTOS					
. Residencial	26.833	-	557	27.390	13.363
. Industrial	6.294	-	-	6.294	7.232
. Comércio, serviços e outras atividades	18.943	-	-	18.943	6.152
. Rural	191	-	-	191	170
. Poder Público	32.431	-	-	32.431	17.020
. Serviço Público	15.941	-	-	15.941	33.883
. Outros	9	-	-	9	3
Subtotal	100.642	-	557	101.199	77.823
Total	261.400	78.755	139.364	479.519	548.161



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A PCLD é constituída de acordo com procedimentos e análise criteriosa das faturas de energia elétrica vencidas, para cobrir eventuais perdas na realização de valores a receber, com base em critérios definidos pela Administração da Companhia. O cálculo considerou todas as unidades consumidoras ligadas e desligadas, utilizando-se os seguintes critérios: a) contas vencidas há mais de 90 dias, para os consumidores da classe residencial; b) contas vencidas há mais de 180 dias, para os consumidores da classe comercial; c) contas vencidas há mais de 360 dias, para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública; e d) análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos entre 30 e 360 dias, incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não havia certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O demonstrativo da provisão por classe de consumidores encontra-se discriminado conforme quadro abaixo:

Classe			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CONSUMIDORES			
. Residencial	16.134	115.239	99.040
. Comercial	18.903	36.440	31.020
. Industrial	78.900	78.017	53.864
. Poder Público	28.548	30.937	19.110
. Serviço Público	15.945	14.893	13.344
. Rural	195	582	391
. Parcelamentos	-	1.172	794
. Iluminação Pública	835	1.144	855
. Outros Devedores	2.353	1.407	843
Total	161.813	279.831	219.261

A movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo inicial	279.831	219.261	146.959
Adições	45.804	67.357	94.883
Reversão	(41.530)	-	(22.581)
Baixas	(119.832)	-	-
Transferências	(2.460)	(6.787)	-
Saldo final	161.813	279.831	219.261

Os valores reconhecidos como PCLD são baixados como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

O aumento substancial nas baixas em 2010, quando comparado a 2009, foi motivado pelas baixas de clientes com créditos considerados incobráveis.

NOTA 07 – DEVEDORES DIVERSOS

Os diversos créditos classificados no Ativo Circulante e Não Circulante apresentam o seguinte perfil:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	Empregados	5.152	-	4.297	-	3.395
Arrendamentos e Aluguéis	1.930	-	1.010	-	1.471	-
Adiantamento a Fornecedores	3.257	-	10.287	-	27.309	-
Serviços e Dispêndios a Reembolsar em Curso (a)	25.755	-	5.822	-	6.250	-
Reserva Global de Reversão a Compensar	2.787	3.800	5.521	4.357	-	8.888
Outros Devedores	1.733	4	2.692	-	1.068	-
Total	40.614	3.804	29.629	4.357	39.493	8.888

(a) A variação apresentada na rubrica de Serviços e Dispêndios a Reembolsar em Curso, em 2010, decorre principalmente pela aplicação de recursos em P&D e PEE, os quais serão realizados quando concluídos.

NOTA 08 – TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

DESCRIÇÃO	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
	ICMS sobre Aquisição de Insumos (a)	-	235.893	37	568.379	339
ICMS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 (b)	-	790.664	-	253.681	-	-
COFINS - Lei nº 10.833/2003 (c)	-	282.524	-	386.858	-	376.772
PIS/PASEP - Lei nº 10.833/2003 (c)	-	61.335	-	85.911	-	83.721
ICMS sobre Bens do Ativo Fixo	-	32.898	-	20.245	-	15.299
Ajuste a Valor Presente	(245)	(1.556)	(245)	(1.556)	-	-
Impairment - tributos federais (d)	-	(267.490)	-	-	-	-
Imposto de Renda Pessoa Jurídica a Recuperar	8.645	770	-	2.707	-	4.851
Contribuição Social s/ Lucro Líquido a Recuperar	-	100	-	2.366	-	2.889
PIS/PASEP a Recuperar	2.131	-	-	-	-	-
COFINS a Recuperar	9.907	-	-	-	-	-
COFINS Pagamento a Maior	3.398	-	7.499	-	2.170	-
PIS/PASEP - Pagamento a Maior	1.196	-	3.064	-	2.695	-
Outros	756	-	698	-	277	-
Total	25.788	1.135.138	11.053	1.318.591	5.481	1.162.523

- a) O montante de ICMS a Recuperar sobre aquisição de insumos é proveniente da compra de combustível para produção de energia elétrica e da compra de energia elétrica para revenda.
- b) Conforme disposto no art. 3º, da Lei nº 12.111/09, os impostos fazem parte do custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados. Portanto, os valores referentes ao ICMS, apurados como custo da geração, estão registrados na rubrica ICMS CCC – ISOL – Lei nº 12.111/09. Entretanto, a referida Lei, cita no mesmo art. 3º, § 8º, que no caso de efetivo aproveitamento dos créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir o montante integral do crédito tributário aproveitado. Dessa forma, foi constituída uma obrigação no Passivo Não Circulante, de valor igual ao registrado no Ativo Não Circulante, cujo montante é de R\$ 790.664.
- c) Em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme o disposto no item nº. 22 do Ofício Circular nº. 2.775/2008 – SFF/ANEEL, as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica devem registrar os créditos extemporâneos de PIS/PASEP e da COFINS, decorrente da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) na Solução de Consulta COSIT nº. 27/2008, a serem compensados com débitos apurados dessas mesmas contribuições, que influenciarão na alíquota efetiva a ser cobrada do consumidor cativo. Dessa forma, a Amazonas Energia procedeu à apuração dos créditos de PIS/PASEP e da COFINS.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

d) Em 2010, a Companhia efetuou uma revisão da idade dos créditos a recuperar e apurou o montante de R\$ 201.343, substancialmente relacionado a créditos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL prescritos. Adicionalmente, com base em estudo técnico realizado pela Companhia foi apurado e provisionado o montante de R\$ 267.490, correspondente a créditos dos anos de 2006, 2007 e 2008. Conforme o estudo realizado, a Companhia tem previsão de iniciar a utilização desses créditos apenas em 2013. Dessa forma, os créditos relacionados a esses períodos foram objeto de teste de recuperabilidade (Impairment) em atendimento ao CPC 01. Os ajustes foram contabilizados no resultado de 2010, considerando que a regulamentação da Lei 12.111/09 foi emitida em fevereiro de 2011, indicando que os saldos de PIS/COFINS não estavam incluídos na nova sistemática de reembolso da CCC.

NOTA 09 – ESTOQUES

Os materiais em estoque são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. No quadro abaixo está apresentada a composição dos Estoques da Companhia:

Descrição			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Almoxarifado	2.831	3.947	3.826
Material em Poder de Terceiros	683	592	541
Material Destinado à Alienação	6.836	5.961	5.576
Adiantamento a Fornecedores	1.790	26.151	207
Provisão para Perdas de Estoque	-	(5.600)	-
Total	12.140	31.051	10.150

Os estoques da Companhia estão registrados pelo seu custo médio, líquidos de provisão para obsolescência ou perda quando aplicável.

Em atendimento ao ICPC 01, os materiais do almoxarifado de manutenção, no valor de R\$ 91.154, foram transferidos para o grupo Intangível em Serviço.

NOTA 10 – REEMBOLSO DA CCC – ISOL – LEI 12.111/09

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia detinha crédito junto à CCC, conforme apuração dos valores demonstrados no quadro abaixo:

Descrição		
	31.12.2010	31.12.2009
Custo da geração própria	4.515.954	1.270.408
Custo Energia Comprada (com ICMS)	1.128.366	338.416
Custo total	5.644.320	1.608.824
(-) Custo do ACR *	(1.575.258)	(419.283)
Valor a receber da Lei 12.111/09	4.069.062	1.189.541
(-) Valor recebido da CCC - ISOL	(2.556.173)	(729.977)
Diferença a receber da CCC - ISOL	1.512.889	459.564
Atualização monetária	100.339	-
Total	1.613.228	459.564

*ACR – Ambiente de Contratação Regulada

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos Sistemas Isolados, especialmente na Região Norte do país.

O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC.

Ressalta-se que a Lei nº 12.111/09 traz uma reforma profunda nas premissas para contratação de energia elétrica e recebimento de subsídios, inclusive para localidades isoladas, a serem interligadas em futuro próximo. Sendo assim, os dispositivos nela contidos possuem eficácia imediata, de modo a permitir às Concessionárias, durante o período de transição para o Sistema Interligado Nacional – (SIN), a manutenção dos subsídios. Com isso, dar-se-á a estas empresas tratamento isonômico ao concedido às concessionárias do SIN, quando da criação do modelo vigente.

Com o advento do leilão de interligação com o SIN, a Companhia foi autorizada pela Portaria nº 083/2008 do Ministério de Minas e Energia – (MME), a adquirir energia no Ambiente de Contratação Regulada – (ACR).

O custo total de geração nos sistemas isolados (mesmo depois da interligação, em relação aos contratos de energia então existentes) será coberto integralmente pela CCC, no que exceder o custo médio do ACR /SIN. No custo total de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deverão ser incluídos os custos relativos:

- I - à contratação de energia e de potência associada;
- II - à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica;
- III - à aquisição de combustíveis;
- IV - aos encargos e impostos; e
- V - aos investimentos realizados.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

Desse modo, o consumidor local paga tarifariamente o custo médio do ACR/SIN, até o montante regulatório de energia. Por sua vez, a CCC (Eletrobras) reembolsará o valor que exceder o custo médio do ACR/SIN até o limite do custo total de geração expressamente definido na Lei/Decreto.

Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL e a gestão dos recursos da CCC fica a cargo da Eletrobras, que elabora o planejamento do exercício seguinte, com base no mercado aprovado pela Empresa de Planejamento Energético – (EPE) e leva para homologação da ANEEL o valor do rateio para os agentes envolvidos no processo.

Incluem-se, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme regulamento.

NOTA 11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição dos saldos de depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos judiciais em 31 de dezembro apresentavam os seguintes valores:

DESCRIÇÃO	Depósitos Judiciais		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
	Trabalhista	36.248	27.930
Cíveis	32.610	3.674	2.958
Outras	1.724	546	207
Total	70.582	32.150	4.491



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Os valores registrados na rubrica Outras referem-se aos depósitos de cauções para garantia de participação da Amazonas Energia no leilão de compra de energia elétrica, proveniente de novos empreendimentos de geração denominado "Leilão A-3", tendo como beneficiária a ANEEL.

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação dos depósitos judiciais nos exercícios de 2010 e 2009 está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Depósitos Judiciais		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo inicial	32.150	4.491	15.517
Adições	132.589	68.549	55.052
Baixas	(95.563)	(41.486)	(66.078)
Atualizações monetárias	1.406	596	-
Saldo final	70.582	32.150	4.491

NOTA 12 – INVESTIMENTOS

Os investimentos estão registrados, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Terrenos	1.661	1.661	1.661
Edificações, obras civis e benfeitorias	129	129	129
Participações societárias permanentes	5.880	5.880	5.880
Total	7.670	7.670	7.670

As participações societárias permanentes estão detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Processamento de Dados do Amazonas - PRODAM	1	1	1
Cia Saneamento do Amazonas - COSAMA	4	4	4
Banco Bradesco S/A	1	1	1
Centrais Elétricas Norte Brasil S/A	5.872	5.872	5.872
Telemar Norte Leste	1	1	1
Cia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	1	1	1
Total	5.880	5.880	5.880

NOTA 13 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÃO

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 20/2001, de 21 de março de 2001, e o de nº 001/2010, de 22 de junho de 2010, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionário - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de geração e distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem este delegar ou licitar.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	IMOBILIZADO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	INTANGÍVEL	ATIVO FINANCEIRO CONCESSÃO
Saldo publicado em 01/01/2009	2.093.789	(275.873)	6.507	-
Bifurcação ativo imobilizado, intangível e obrigações especiais	(1.957.799)	197.963	2.250.452	794.136
Saldos em 01/01/2009 de acordo com ICPC 01 e OCPC 05	135.990	(77.910)	2.256.959	794.136

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro indenizável (Concessão) está assim apresentada:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO			EM CURSO			Total
	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	
Saldo em 01/01/2009	695.855	69.364	626.491	296.244	128.599	167.645	794.136
Adições	160.118	89.340	70.778	65.701	-	65.701	136.479
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(2.893)	-	(2.893)	-	(61.615)	61.615	58.722
Saldo em 31/12/2009	853.080	158.704	694.376	361.945	66.984	294.961	989.337
Adições	-	17.282	(17.282)	373.900	76.158	297.742	280.460
Transferências	28.032	-	28.032	(32.411)	-	(32.411)	(4.379)
Baixas	(12.032)	-	(12.032)	-	-	-	(12.032)
Saldo em 31/12/2010	869.080	175.986	693.094	703.434	143.142	560.292	1.253.386

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

Conforme Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária, as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da sua data de formação deverão ter seus efeitos anulados no resultado contábil.

O início de apuração da amortização foi a partir do 2º ciclo da revisão tarifária, fato este que na Companhia, ocorreu a partir de 1.º de novembro de 2009, conforme Resolução Homologatória n.º 899, de 27 de outubro de 2009. Para o cálculo da amortização dos bens que compõem a infraestrutura é utilizado a taxa média regulatória de 3,90.

NOTA 14 – IMOBILIZADO

Os valores registrados neste grupo compreendem os bens de uso administrativo e os ativos objeto de arrendamento mercantil financeiro. Segue abaixo as rubricas que compõem este grupo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	31.12.2010		31.12.2009	01.01.2009	%	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Taxas de depreciação (a.a)
EM SERVIÇO						
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.521	(916)	605	667	727	4%
Edificações, obras civis e benfeitorias	340.887	(258.884)	82.003	96.018	109.688	4%
Máquinas e equipamentos	49.521	(26.729)	22.792	15.701	14.942	9,8%
Máquinas e equipamentos - arrendamento financeiro (nota 21)	1.398.466	(186.462)	1.212.004	1.258.619	1.305.235	9,8%
Veículos	15.496	(8.782)	6.714	996	1.727	20%
Móveis e utensílios	15.768	(10.605)	5.163	5.338	6.073	10%
Terrenos	1.517	-	1.517	1.517	1.517	0%
	1.823.176	(492.378)	1.330.798	1.378.856	1.439.909	
EM CURSO						
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.683	-	6.683	1.563	303	
Máquinas e equipamentos	4.217	-	4.217	1.979	655	
Veículos	3.661	-	3.661	-	-	
Móveis e utensílios	580	-	580	314	28	
Outros	5.605	-	5.605	3.406	330	
	20.746	-	20.746	7.262	1.316	
Total	1.843.922	(492.378)	1.351.544	1.386.118	1.441.225	

A movimentação do grupo está demonstrada abaixo:

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO				EM CURSO	Total
	VALOR HISTÓRICO	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	
Saldo em 01/01/2009	1.803.948	(364.038)	(2)	1.439.908	1.317	1.441.225
Adições	3.041	(92.701)	-	(89.660)	14.566	(75.094)
Transferências	(1.144)	29.752	-	28.608	(8.621)	19.987
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2009	1.805.845	(426.987)	(2)	1.378.856	7.262	1.386.118
Adições	-	(60.534)	-	(60.534)	39.198	(21.336)
Transferências	12.476	-	-	12.476	(25.714)	(13.238)
Baixas	(430)	430	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2010	1.817.891	(487.091)	(2)	1.330.798	20.746	1.351.544

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE n.º 815, de 30 de novembro de 1999, atualizada pela Resolução ANEEL n.º 015 de 24 de dezembro de 1997. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa a Resolução ANEEL n.º 240, de 05 de dezembro de 2006.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Com a adoção da ICPC 01, o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de amortização de intangíveis das concessões - ICPC 01. Com referência aos impactos da adoção inicial e exercícios seguintes, vide Nota 04.

Este grupo é formado pelo Intangível-Concessão que corresponde ao direito de uso da concessão (bens do Imobilizado os quais foram bifurcados) e os demais direitos que já faziam parte deste grupo e não foram bifurcados (que corresponde à rubrica Outros), conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Intangível - Concessão	648.539	666.215	945.217
Outros	32.246	14.243	6.507
Total	680.785	680.458	951.724

Abaixo está demonstrada a abertura dos valores do grupo Intangível, em Serviço e em Curso:

DESCRIÇÃO	31.12.2010				31.12.2009	01.01.2009
	CUSTO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
EM SERVIÇO						
Direito de uso da concessão	816.994	(153.426)	(55.463)	608.105	654.995	898.761
Outros	23.467	(12.365)	-	11.102	5.107	5.992
Subtotal	840.461	(165.791)	(55.463)	619.207	660.102	904.753
EM CURSO						
Direito de uso da concessão	92.187	-	(51.753)	40.434	11.221	46.456
Outros	21.144	-	-	21.144	9.135	515
Subtotal	113.331	-	(51.753)	61.578	20.356	46.971
Total	953.792	(165.791)	(107.216)	680.785	680.458	951.724

No quadro abaixo está demonstrada a movimentação do Ativo Intangível:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	EM SERVIÇO			EM CURSO			VALOR LÍQUIDO	Total
	VALOR HISTÓRICO	AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS	VALOR LÍQUIDO	VALOR HISTÓRICO	OBRIGAÇÕES ESPECIAIS		
Saldo em 01/01/2009	940.608	(8.448)	(27.407)	904.753	97.472	(50.501)	46.971	951.724
Adições	21.374	(93.045)	(29.372)	(101.043)	38.827	-	38.827	(62.216)
Baixas	(1.301)	-	-	(1.301)	(28.932)	17.910	(11.022)	(12.323)
Transferências	56.142	-	-	56.142	(54.418)	-	(54.418)	1.724
Provisão para desvalorização do Imobilizado (Impairment)	(198.451)	-	-	(198.451)	-	-	-	(198.451)
Saldo em 31/12/2009	818.372	(101.493)	(56.779)	660.100	52.949	(32.591)	20.358	680.458
Adições	34.411	(64.298)	-	(29.887)	76.701	(19.162)	57.539	27.652
Amortização	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(11.730)	-	1.315	(10.415)	-	-	-	(10.415)
Transferências	8.686	-	-	8.686	(4.306)	-	(4.306)	4.380
Provisão para desvalorização do Imobilizado (Impairment)	(9.278)	-	-	(9.278)	(12.012)	-	(12.012)	(21.290)
Saldo em 31/12/2010	840.461	(165.791)	(55.464)	619.206	113.332	(51.753)	61.579	680.785

A rubrica de Direito de Uso de Concessão está detalhada no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Geração			
Intangível em Serviço	755.635	740.791	702.971
(-) Amortização	(119.486)	(57.754)	-
(-) Obrigações especiais (a)	(28.044)	(28.043)	(11.598)
Subtotal	608.105	654.994	691.373
Intangível em Curso	55.283	25.815	37.623
(-) Obrigações especiais (a)	(14.849)	(14.594)	(31.040)
Subtotal	40.434	11.221	6.583
Total da Geração	648.539	666.215	697.956
Distribuição			
Intangível em Serviço	269.089	260.448	223.197
(-) Amortização	(33.940)	(33.263)	-
(-) Obrigações especiais (a)	(34.052)	(29.583)	(15.809)
Amortização das obrigações especiais	6.632	849	-
(-) Provisão para desvalorização do intagível (impairment) (b)	(207.729)	(198.451)	-
Subtotal	-	-	207.388
Intangível em Curso	77.848	46.929	59.334
(-) Obrigações especiais	(36.904)	(17.997)	(19.461)
(-) Provisão para desvalorização do intagível (impairment) (b)	(40.944)	(28.932)	-
Subtotal	-	-	39.873
Total da Distribuição	-	-	247.261
Total	648.539	666.215	945.217



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de geração e distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de geração e distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro de indenização.

a) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

NOTA 16 – ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS

Em 2010, a Companhia registrou no resultado o valor de R\$ 243.910 a título de Provisão para Desvalorização do Ativo Intangível (Impairment), bem como o valor de R\$ 260.275 no resultado de 2009, totalizando R\$ 504.185 de provisão para recuperação de ativos.

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Taxa de desconto de 5,88% para a atividade de distribuição/comercialização;
- Taxa de desconto de 5,65% para a atividade de geração;
- Efeitos da recuperação de perdas em função do projeto do Banco Mundial;
- Efeitos da Lei 12.111/09
- Venda e Compra de Energia valorada ao preço médio do ACR (R\$/MWh 138,38)
- Sem crescimento de mercado;



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

- Provisões regulatórias de 0,9% sobre a receita;
- Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais, utilizado os valores preliminarmente aprovados para o exercício 2011 (PDG);
- Investimentos (CAPEX) somente os direcionados ao Projeto BIRD;
- Consideração da venda do imobilizado em serviço e imobilizado em curso pelo valor residual ao final da concessão;
- Receita adicional de 9,95% (taxa WACC) sobre o imobilizado em curso até 2013. Para os anos seguintes da série adotou-se a taxa líquida de 7,15%
- Despesas adicionais (Depreciação e O&M) em função do imobilizado em curso;
- Capital de Giro considerado somente para a atividade de distribuição;
- Com base nas premissas determinadas, e no resultados dos cálculos efetuados pela Administração da Companhia, concluiu-se que o valor recuperável dos ativos de geração supera seus valores contábeis. O mesmo resultado não é verificado para os ativos de distribuição onde o total dos ativos em serviço e em curso não supera seu valor contábil. Portanto, foram observadas perdas por desvalorização a serem reconhecidas no total de R\$ 504.185, sendo R\$ 260.275 lançados no exercício de 2009 e R\$ 243.910 lançados no exercício de 2010.

NOTA 17 – BENS EM COMODATO

A Companhia opera, mediante contrato de comodato, a Usina Termelétrica ELECTRON, cuja propriedade é da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE.

A UTE ELECTRON é composta de 06 (seis) unidades geradoras a diesel, de 20MW cada, incluindo: transformador, sistema de recebimento de óleo diesel, sistema de tratamento de óleo diesel, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, transformador de serviços auxiliares, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática.

DESCRIÇÃO	R\$ mil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Valor Bruto	50.617	48.003	38.113
(-) Depreciação Acumulada	(26.629)	(26.629)	(26.629)
Valor residual	23.988	21.374	11.484

NOTA 18 – FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores decorrem da compra de energia elétrica para revenda e pelo fornecimento de materiais e serviços. As obrigações com fornecedores estão compostas da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Suprimento de Energia Elétrica	848.223	476.129	274.738
Reembolso sobre combustíveis-Res. 347/09	(176.129)	(176.129)	-
Subtotal	672.094	300.000	274.738
Fornecimento de Materiais e Serviços	1.414.670	614.714	117.438
Total	2.086.764	914.714	392.176

A Companhia fez o encontro de contas, nos exercícios de 2010 e 2009, da rubrica Reembolso sobre Combustíveis, no montante de R\$ 176.129, decorrente da Resolução Normativa da ANEEL nº. 347,



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

de 06 de janeiro de 2009, a qual estabeleceu que o valor do reembolso da CCC seria efetuado pela diferença de preço entre o valor da compra do óleo e o preço praticado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). A partir da data de publicação desta Resolução, os Produtores Independentes de Energia – (PIE) passaram a faturar a diferença do preço do combustível para a Companhia. Esta situação contribuiu para o aumento substancial nas obrigações com fornecedores, especialmente, de materiais e serviços, destacando-se a Petrobrás.

A Administração da Companhia, com o auxílio de seus assessores jurídicos, ingressou com Mandado de Segurança judicial, solicitando que fossem afastados os efeitos da Resolução Normativa nº. 347/2009 da ANEEL. Mediante o Agravo de Instrumento nº. 2009.01.00.045341-1/DF do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, foi concedida uma liminar pelo Poder Judiciário permitindo que a Companhia receba o reembolso pela CCC como ocorria na sistemática anterior.

Considerando que a Companhia encontra-se inadimplente com as obrigações junto aos fornecedores de suprimento de energia elétrica, essas obrigações estão sendo atualizadas monetariamente na rubrica de Despesas Financeiras, no resultado.

NOTA 19 – FOLHA DE PAGAMENTO

O detalhamento do saldo desta conta está composto abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Férias *	866	1.269	673
Tributos Retidos na Fonte	4.200	3.783	2.453
Previnorte - Contribuição Empregados	1.391	1.497	811
Assoc. dos Empregados da Eletronorte - ASEEL	127	118	-
Outros	600	608	9
Total	7.184	7.275	3.946

*Este saldo refere-se às férias efetivas a pagar.

NOTA 20 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais, incorridos. As obrigações com empréstimos e financiamentos estão demonstradas a seguir:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

a) Composição:

FINANCIADORES	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	31/12/2010			31/12/2009	1/1/2009	
			Circulante		Total	Total	Total	
			Encargos	Principal		Circulante + Não Circulante	Circulante + Não Circulante	
MOEDA ESTRANGEIRA								
.BLADEX		US\$	-	-	-	-	785	
Divida em Moeda Estrangeira			-	-	-	-	785	
MOEDA NACIONAL								
ELETROBRÁS			7	85.517	413.546	499.070	363.334	729.357
.ECF-1554/97	12,00	R\$	-	3.242	15.900	19.142	19.142	16.701
.ECF-2057/00	7,00	R\$	-	11.764	36.273	48.037	48.037	44.776
.ECF-2082/01 ¹	7,00	R\$	-	2.780	13.898	16.678	16.678	15.670
.ECF-2116/01 ¹	7,00	R\$	-	2.261	23.558	25.819	25.819	24.399
.ECF-2117/01	7,00	R\$	-	2.247	7.302	9.549	9.548	8.797
.ECF-2131/02	7,00	R\$	-	710	2.012	2.722	2.722	2.534
.ECF-2132/02	7,00	R\$	-	422	1.195	1.617	1.618	1.506
.ECF-2133/02 ¹	7,00	R\$	-	900	4.125	5.025	5.024	4.735
.ECF-2267/03 ¹	7,00	R\$	-	4.436	36.967	41.403	41.403	39.388
.ECF-2286/03	7,00	R\$	-	1.495	3.490	4.985	4.985	4.743
.ECF-2292/03 ¹	7,00	R\$	-	91	302	393	393	373
.ECF-2299/03	7,00	R\$	-	2.596	6.056	8.652	8.653	8.231
.ECF-2301/03	7,00	R\$	-	23.693	55.282	78.975	78.975	69.761
.ECF-2327/04	7,00	R\$	-	4.087	10.900	14.987	14.987	14.257
.ECF-2330/04 ¹	7,00	R\$	-	619	2.064	2.683	2.683	2.553
.ECF-2331/04 ¹	7,00	R\$	-	36	121	157	157	150
.ECF-2332/04 ¹	7,00	R\$	-	485	1.617	2.102	2.102	1.999
.ECF-2345/04 ¹	7,00	R\$	-	474	1.580	2.054	2.054	1.954
.ECF-2447/04	7,00	R\$	-	1.217	3.447	4.664	4.665	4.438
.ECF-2452/04	7,00	R\$	-	336	2.796	3.132	3.132	2.979
.ECF-2459/05 ¹	7,00	R\$	-	3.845	34.602	38.447	38.447	36.576
.ECF-2461/04	7,00	R\$	-	1.650	2.200	3.850	3.850	3.663
.ECF-2463/05	7,00	R\$	-	1.972	2.629	4.601	4.601	4.377
.ECF-2571/06 ¹	7,00 + CRC ²	R\$	3	3.148	12.594	15.745	5.705	5.427
.ECF-2572/06 ¹	7,00 + CRC ²	R\$	-	508	2.029	2.537	2.536	2.413
.ECF-2573/06 ¹	7,00 + CRC ²	R\$	-	1.918	7.670	9.588	2.349	2.235
.ECF-2642/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	7.511	30.045	37.556	4.553	4.331
.ECF-2644/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	142	1.282	1.424	-	1.459
.ECF-2645/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	113	1.021	1.134	-	1.162
.ECF-2653/07	7,00 + CRC ²	R\$	-	614	2.454	3.068	956	909
.ECF-2672/07	Selic + Spread	R\$	-	68	4.022	4.090	3.891	-
.ECF-2706/08	Selic + Spread	R\$	-	-	-	-	-	396.861
.ECF-2712/08	7,00 + CRC ²	R\$	-	137	8.081	8.218	3.669	-
.ECF-2719/08	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	3.725	3.725	-	-
.ECF-2748/09	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	429	429	-	-
.ECF-2770/09	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	193	193	-	-
.ECF-2777/09	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	12.276	12.276	-	-
.ECF-2782/09	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	54.590	54.590	-	-
.ECF-2783/09	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	632	632	-	-
.ECF-2843/10	7,00 + CRC ²	R\$	3	-	3.583	3.586	-	-
.ECF-2862/10	7,00 + CRC ²	R\$	1	-	519	520	-	-
.ECF-2864/10	7,00 + CRC ²	R\$	-	-	85	85	-	-
ELETRONORTE			-	-	-	-	-	537.998
.RD 521/06	12,00	R\$	-	-	-	-	-	68.190
.RD 706/06	12,00	R\$	-	-	-	-	-	69.555
.DEL 018/07	12,00	R\$	-	-	-	-	-	65.879
.DEL 555/07	12,00	R\$	-	-	-	-	-	110.970
.RD 639/07	12,00	R\$	-	-	-	-	-	41.003
.DEL 005/08	Selic Diária	R\$	-	-	-	-	-	72.395
.RD 820/08	Selic + Spread	R\$	-	-	-	-	-	110.006
Divida em Moeda Nacional			7	85.517	413.546	499.070	363.334	1.267.355
TOTAL			7	85.517	413.546	499.070	363.334	1.268.140



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

b) A composição do principal dos empréstimos e financiamentos em longo prazo, tem seus vencimentos assim programados:

Financiadores	2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015	TOTAL
Eletrobrás	95.217	101.219	80.149	52.220	31.840	52.901	413.546

c) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	2010		2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Saldo no início do exercício	92.300	271.034	228.213	1.039.142
Empréstimos e Financiamentos obtidos	-	133.100	-	333.034
Varição monetária e cambial	-	-	1.394	(6.285)
Transferências	(6.783)	6.783	1.222.085	(1.222.085)
Encargos financeiros provisionados	28.680	2.629	27.731	127.228
Encargos financeiros pagos	(28.673)	-	(23.172)	-
Amortização de financiamentos	-	-	(2.654)	-
Transferência para AFAC	-	-	(1.361.297)	-
Saldo no final do período	85.524	413.546	92.300	271.034

O saldo de R\$ 85.524 refere-se ao valor de R\$ 85.517 da rubrica de Empréstimos e Financiamentos adicionado ao valor de R\$ 7 referente à rubrica de Encargos de Dívidas.

NOTA 21 – ARRENDAMENTO FINANCEIRO A PAGAR

Os arrendamentos são classificados como financeiros quando os termos dos respectivos contratos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear, pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

Os ativos adquiridos através do arrendamento financeiro são depreciados com base no mais curto dos períodos: a vida útil dos ativos ou o período da durante o qual esse ativo será arrendado.

Com base nas premissas do CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, a Companhia avaliou todos os critérios definidos pelo referido Pronunciamento para os contratos listados a seguir:

DESCRIÇÃO	Sumário dos Contratos				
	1.815/2005	1.816/2005	1.819/2005	1.820/2005	1.821/2005
Data de início	4/5/2005	4/5/2005	4/5/2005	20/5/2005	20/5/2005
Valor do contrato (em R\$ mil)	4.035.909	3.948.387	4.292.342	3.723.607	3.803.477
Valor nominal	818.005	808.331	869.680	728.337	767.190
Período	20 anos	20 anos	20 anos	20 anos	20 anos
Data de expiração do contrato	4/5/2025	4/5/2025	4/5/2025	20/5/2025	20/5/2025
Reajuste anual	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M	IGP-M

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, estão demonstradas no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	4.094.074	3.943.444	4.269.160
Menos de um ano	244.098	249.738	230.500
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.220.493	1.248.690	1.152.501
Mais de cinco anos	2.213.161	2.514.030	2.504.769
Subtotal	3.677.752	4.012.458	3.887.770
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	416.322	(69.014)	381.390
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	1.815.032	1.748.275	1.791.506
Menos de um ano (Circulante)	120.485	108.827	106.435
Não Circulante	1.694.547	1.639.448	1.685.071
Mais de um ano e menos de cinco anos	602.333	544.069	531.079
Mais de cinco anos	1.092.214	1.095.379	1.153.992

NOTA 22 – TAXAS REGULAMENTARES

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Quota da Reserva Global de Reversão - RGR	7.382	654	3.464
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	5.029	835	4.226
Total	12.411	1.489	7.690

- a) **Reserva Global de Reversão (RGR)** – é um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual. No exercício de 2009, a Receita de Fornecimento sofreu um decréscimo de R\$ 81.704, decorrente da CVA Passiva – Aquisição de Energia Elétrica, registrada por ocasião da homologação da CVA 2009.
- b) **Conta de Consumo de Combustível (CCC)** – é a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras com o objetivo de subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. Os valores registrados nesta rubrica são realizados de acordo com os Despachos emitidos pela ANEEL (Despacho nº 4.791 de 23/12/2009 e nº 3.987 de 21/12/10), os quais fixam os valores das quotas referentes aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 23 – TRIBUTOS A RECOLHER

DESCRIÇÃO	R\$ mil			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	
	PASSIVO	PASSIVO	PASSIVO	PASSIVO
	CIRCULANTE	CIRCULANTE	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	646	541	1.553	-
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	626	488	2.717	-
Imposto sobre Serviço - ISS	4.275	3.125	572	-
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	7.325	6.358	3.792	-
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1.876	1.686	1.119	-
Tributos Federais Retidos na Fonte MP - 135/03	57.744	39.138	18.914	-
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	-	7.935	13.919	8.095
Outros	414	405	243	-
Total	72.906	59.676	42.829	8.095

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

O saldo está composto desta forma:

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Encargos Sociais - INSS	3.938	3.053	2.434
Encargos Sociais - FGTS	1.198	929	790
SESI/SENAI/FNDE	405	313	426
Provisão para Contribuição Social	-	-	1.431
Provisão para Imposto de Renda	-	-	3.975
Provisão de Férias	10.659	8.330	6.531
Provisão - Gratificação de Férias	4.315	3.282	3.343
Total	20.515	15.907	18.930

NOTA 25 – PARCELAMENTOS

Composição da Dívida			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Circulante	73.842	68.449	63.904
Não Circulante	88.620	149.304	199.481
Total	162.462	217.753	263.385

Esses parcelamentos referem-se a dois Instrumentos Particulares de Confissão de Dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A., relativos ao fornecimento de produtos derivados de petróleo. Os referidos débitos foram corrigidos pela Taxa SELIC. Os instrumentos serão amortizados em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas pela Taxa SELIC, pela variação pro rata dia, considerado desde as datas da assinatura dos contratos até as datas dos seus respectivos vencimentos. O primeiro contrato teve a sua primeira parcela vencida em 30/01/2007 e a última parcela vencerá em 30/01/2012. O segundo contrato teve o vencimento da primeira parcela em 30/01/2009 e a última parcela vencerá em 30/12/2013.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 26 – ADIANTAMENTO PARA AUMENTO DE CAPITAL

O Conselho de Administração da ELETROBRAS, em conformidade com o Plano de Transformação do Sistema ELETROBRAS, definiu diretrizes para a Holding e suas Controladas, contemplando dentre outras, a reorientação dos negócios de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, a fim de que fosse feito um estudo de uma estrutura adequada de capital para todas as empresas.

O Conselho de Administração da ELETROBRAS, por meio da Deliberação DEL – 204/2009, de 21 de dezembro de 2009, aprovou que os contratos de empréstimos e financiamentos (ECF) fossem revertidos em adiantamento para aumento de capital (AFAC), no valor total de R\$ 1.361.297, que somado a novas liberações, de recursos, no valor de R\$ 588.062, totaliza R\$ 1.949.359. Este montante foi capitalizado no exercício de 2010, conforme demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO		
	31.12.2010	31.12.2009
Contratos de Empréstimos convertidos em AFAC	1.573.797	1.361.297
Liberações em espécie (ECF 2768/09)	375.562	212.500
Capitalização dos Contratos de Empréstimos	(1.949.359)	-
Atualização monetária do ECF 2768/09	57.266	-
Total	57.266	1.573.797

Conforme previsto em cláusula terceira, parágrafo primeiro, do contrato ECF 2768/09, caso o prazo para efetivação do aumento de capital seja superior a um ano, o valor concedido deverá ser atualizado pela Taxa SELIC. Como este contrato foi capitalizado após catorze meses, o mesmo sofreu uma atualização no valor de R\$ 57.266, entretanto, este valor não foi convertido em aumento de capital.

A composição dos contratos de empréstimos e financiamentos convertidos em AFAC no exercício de 2009 é a seguinte:

CONTRATOS	Valor
Eletrobras RD 521/06	74.365
Eletrobras DEL 043/06	75.785
Eletrobras DEL 018/07	71.828
Eletrobras DEL 555/07	121.035
Eletrobras RD 639/07	44.726
Eletrobras DEL 005/08	80.231
Eletrobras ECF 2706/08	439.814
Eletrobras ECF 2732/09	332.387
Eletrobras ECF 2759/09	121.126
Subtotal	1.361.297
ECF 2768/09	212.500
Total	1.573.797



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 27 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta composição refere-se a obrigações diversas, detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO	Circulante			Não Circulante	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009
	Credores Diversos	1.087	1.241	775	-
Multas Ambientais	400	400	1.071	-	-
Obrigações junto a Controladora / Controladas / Coligadas	15.516	991	931	-	-
Juros do Empréstimo Compulsório -ELETROBRAS	734	734	741	-	-
Taxa de Iluminação Pública Arrecadada	6.706	4.945	3.836	-	-
Parcelamento de Multas - ANEEL*	34.145	5.887	5.799	-	-
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	3.971	3.889	12.413	9.982	7.189
Programa de Eficiência Energética - PEE	4.755	181	12.882	15.048	13.043
Encargos Ex - Isolados	671	-	-	-	-
Outros	1.385	2.564	2.707	-	-
Total	69.370	20.832	41.155	25.030	20.232

*Do montante de R\$ 34.145, constante da rubrica Parcelamentos de Multas – ANEEL, foram contabilizados os seguintes Autos de Infração: n.ºs. 101/2010 e 102/2010 – SFE /ANEEL, no valor de R\$ 4.180 e R\$ 6.697, respectivamente, decorrentes do descumprimento das disposições legais, regulamentares e contratuais relativas a não-conformidade dos Indicadores de Continuidade DEC e FEC. Também foi objeto de registro o Auto de Infração n.º. 045/2010 - SFG/ANEEL no valor de R\$ 16.934, em virtude do descumprimento de determinação da ANEEL no prazo estabelecido, a qual solicitava informações referentes ao consumo de combustíveis fósseis para a geração de energia elétrica.

a) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Lei n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, foi alterada pela Lei n.º 12.111, de 9 de dezembro de 2009, visando a criação de um novo encargo setorial para ressarcimento aos Estados e Municípios que tiveram perda de receita decorrente da arrecadação do ICMS incidente sobre os combustíveis fósseis utilizados na geração de energia elétrica, em decorrência da interligação dos respectivos sistemas isolados ao Sistema Interligado Nacional. O novo encargo equivale a 0,30% (trinta centésimos por cento) da receita operacional líquida da Companhia e vigorará até 31 de dezembro de 2012.

b) Programa de Eficiência Energética – PEE

A Companhia reconheceu o passivo relacionado a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2.º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

NOTA 28 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

a) Composição da provisão para contingências:

DESCRIÇÃO	Provisão para Contingências		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
	Trabalhista	57.534	56.266
Fiscais	152	132	17.329
Cíveis	52.797	39.796	54.458
Total	110.483	96.194	123.495



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

b) Movimentação dos saldos:

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	Provisão para Contingências		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Saldo inicial	96.194	123.495	73.703
Adições	22.869	21.826	75.739
Baixas	(14.283)	(56.072)	(63.691)
Atualizações monetárias	5.703	6.945	37.744
Saldo final	110.483	96.194	123.495

c) Natureza das contingências:

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada na opinião de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados, vinculadas a disputas sobre valores pagos em rescisões contratuais de trabalho.
- Fiscais/Tributárias – os principais processos tributários envolvem compensações não homologadas de PIS e COFINS, em decorrência de erro no preenchimento de declarações, cobranças de contribuição previdenciária em face do pagamento em dinheiro de vale-transporte, auxílio-alimentação e salários indiretos, autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS ou pela suposta redução da base de cálculo de tal tributo, exigência de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, autuações estaduais em operações interestaduais de comodato, questionamento ao aproveitamento de créditos de ICMS em razão dos subsídios da CCC, autuações pela falta de retenção ou repasse do ISS devido por prestadores de serviço contratados, cobrança de ISS sobre serviços acessórios do serviço de distribuição de energia elétrica, discussões sobre a incidência de ICMS sobre energia assegurada, cobranças de salário-educação em face da falta de registro das indenizações pagas a dependentes de empregados, cobrança de ITR sobre área alagada por hidroelétrica, pedido de devolução de PIS e COFINS pagos a maior em face de inconstitucional majoração de base de cálculo, além de execuções fiscais esparsas e muitos processos em que os contribuintes buscam ressarcimento da taxa da iluminação pública ou da COSIP paga.
- Ações cíveis – as principais ações têm por objeto pedido de indenização por danos materiais e morais por acidente envolvendo a rede elétrica, e ação de cobrança de valores decorrentes de reequilíbrio ou reajuste de contratos.

d) Outras informações :

A Companhia apresenta, a seguir, os processos trabalhistas, cíveis e tributários, cuja avaliação de risco de perda avaliada pelos assessores jurídicos é possível ou remota:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas	Possíveis	Remotas
Trabalhistas	36.409	1.132	22.951	1.980	13.697	3.613
Cíveis	235.892	64.170	51.493	37.930	38.618	30.522
Tributárias *	2.980.011	395.509	1.364.023	250.410	717.086	207.580
Total	3.252.312	460.811	1.438.467	290.320	769.401	241.715

*Refere-se a processos de tributos federais, estaduais e municipais que se encontram na esfera administrativa.

NOTA 29 – RECURSOS DA CCC

A Companhia procedeu à apuração, bem como à atualização destes passivos, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO			
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
ICMS pago pela CCC (b)		-	576.537
PIS/PASEP pago pela CCC (a)	40.954	37.448	40.608
COFINS pago pela CCC (a)	188.635	172.489	187.044
Ressarcimento CCC - ISOL - Lei 12.111/09 (c)	790.663	228.598	-
Total	1.020.252	438.535	804.189

Os saldos dos impostos e contribuições sociais estão atualizados monetariamente para data-base de 31/12/2010.

a) Ressarcimento do PIS/PASEP e COFINS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis Por Conta da CCC

A ANEEL através do Despacho nº. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 30, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do PIS/PASEP e COFINS a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2008.

Em 11 de agosto de 2008, a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº. 359-SFF, a qual expõe de forma detalhada a evolução da legislação a respeito da metodologia de contabilização dos PIS/PASEP e COFINS na forma da apuração não cumulativa, recomendando a adoção dos seguintes procedimentos:

- **Apuração do Passivo Regulatório a ser ressarcido ao fundo CCC-ISOL** – imputando aos agentes que apurem mensal e anualmente o montante reembolsado pela CCC-ISOL a título de combustível e os créditos de PIS/PASEP e COFINS, sendo que este último deverá ser imputado como Passivo Regulatório.
- **Forma da Atualização e restituição** – orientando que o Passivo Regulatório seja devidamente atualizado até a data de sua consolidação, sendo facultada sua restituição ao fundo CCC-ISOL mediante parcelamento em até 36 parcelas mensais remuneradas pela Taxa Selic.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

b) Ressarcimento do ICMS Incidente Sobre Aquisição de Combustíveis Por Conta da CCC

As Empresas do Serviço Público de Energia Elétrica que atuam no Sistema Isolado, e que possuem geração térmica, vinham acumulando créditos de ICMS sem a possibilidade de sua compensação integral com débitos apurados na venda de energia elétrica. Objetivando ressarcir as empresas que não vinham conseguindo recuperar os seus créditos de ICMS, o art. 86, da Lei n.º 10.833, de 29.12.2003, que altera o art. 8 da Lei n.º 8.631, de 04.03.1993, estabeleceu que a Conta de Consumo de Combustíveis – CCC assumisse esse ônus, na sua integralidade, no ano de 2004 e parcialmente durante os anos de 2005 a 2008.

O Ofício Circular 2.306/2004-SFF/ANEEL, visando oferecer maior transparência à operação de ressarcimento do ICMS de combustíveis por conta da CCC nas Demonstrações Contábeis, determinou o seguinte procedimento:

- A constituição do crédito do ICMS deve manter seu tratamento contábil da mesma forma como estava sendo praticado;
- Os valores recebidos por conta da CCC para ressarcimento do ICMS devem ser contabilizados a crédito do exigível – Recurso da CCC. Anualmente será apurado o resultado da operação para registro no Balanço.

Através da Resolução Normativa nº. 303 de 26.02.2008, a ANEEL estabeleceu metodologia e procedimentos para apuração, demonstração e validação do montante do ICMS contabilizado como custo decorrente da aquisição de combustíveis, bem como a apuração, demonstração, fiscalização e pagamento do passivo a ser restituído a CCC-ISOL pelos agentes beneficiários que receberam reembolso de ICMS em montante superior ao efetivo custo incorrido com esse imposto.

A ANEEL através do Despacho nº. 4.722/2009 – SFF/ANEEL, que trata do encerramento do exercício de 2009, em seu item nº. 29, determinou que fosse reconhecido contabilmente o montante do passivo a ser restituído à Conta de Consumo de Combustível – CCC referente ao período de janeiro de 2004 até dezembro de 2007.

Entretanto, por força da sentença exarada pela 17ª vara de Brasília, na qual informava que a Amazonas Energia estava desobrigada de lançar em seu passivo o débito correspondente ao valor do ICMS (R\$576.537) que lhe foi reembolsado pela CCC-ISOL nos anos de 2004 a 2008, a Companhia reverteu esta obrigação no exercício de 2009, tendo como contrapartida uma Receita, no resultado.

A composição do saldo do ressarcimento do ICMS incidente sobre a aquisição de combustível por conta da CCC, bem como os valores apurados como Recuperação de Despesa no exercício de 2008, conforme Ofício de Encerramento nº 4.722/2009 – SFF/ANEEL estão demonstrados no item nº. 3, do quadro abaixo:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	
1) CEAM (Incorporada)	
Exercício 2004	34.955
Exercício 2005	67.264
Exercício 2006	47.884
Exercício 2007	33.618
Exercício 2008	4.209
	187.930
2) Manaus Energia	
Exercício 2004	160.649
Exercício 2005	258.617
Exercício 2006	143.213
Exercício 2007	78.574
Exercício 2008	15.886
	656.939
Total Recebido	844.869
3) Estorno do ICMS Não Recuperado	
CEAM - estorno do ICMS 2005 a 2008 - saídas isentas	(90.969)
CEAM - estorno do ICMS - incorporação	(96.961)
Manaus Energia - 2008 - saídas isentas interior	(14.165)
Manaus Energia - 2004 a 2007 - saídas isentas capital	(64.516)
Manaus Energia - saídas isentas referente à 2008	(1.721)
	(268.332)
Total	576.537

(c) O saldo de R\$ 790.663 refere-se aos impostos compensáveis (ICMS) que deverão ser ressarcidos à CCC, de acordo com o § 8º da Lei nº. 12.111/2009, descrito a seguir:

§ 8º "No caso de efetivo aproveitamento de créditos tributários referentes a valores reembolsados pela CCC, o agente deverá ressarcir a este mecanismo o montante integral do crédito tributário aproveitado".

NOTA 30 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados a contratos de compra de energia elétrica e aluguéis de grupos geradores são:

DESCRIÇÃO						
	VIGÊNCIA	2011	2012	2013	2014	2015
Energia elétrica	2005 a 2025	912.360	934.959	957.594	982.787	1.009.180
Aluguéis de grupos geradores	2009 a 2013	367.435	594.191	410.116	326.923	338.226
<i>Informações não auditadas</i>						

Os valores relativos aos contratos de compra de energia e aluguéis de grupos geradores, cuja vigência varia de 3 a 14 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 e foram homologados pela ANEEL.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 31 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia, realizada no dia 17 de dezembro de 2010, o aumento do Capital Social da Amazonas Energia de R\$ 2.381.558 para R\$ 4.330.917, com emissão de novas ações, mediante o saldo de R\$ 1.361.297 de Empréstimos e Financiamentos convertidos em Adiantamento para Aumento de Capital em dezembro de 2009, e R\$ 588.062, proveniente de novas liberações pela Controladora ELETROBRAS (Nota 26).

O Capital Social, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, totalmente integralizado, está distribuído conforme demonstrativo abaixo:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2010				
ACIONISTAS	R\$ mil	Participação(%)	QUANTIDADE	Participação (%)
ELETROBRAS	4.330.917	100,00%	6.276.666.628	100,00%

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31.12.2009				
ACIONISTAS	R\$ mil	Participação(%)	QUANTIDADE	Participação (%)
ELETROBRAS	2.381.558	100,00%	1.750.588.614	100,00%

Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Prejuízos Acumulados

DESCRIÇÃO		
	31.12.2010	31.12.2009
Prejuízo Acumulado até o Exercício Anterior	(2.637.498)	(2.412.098)
Prejuízo do Exercício	(1.314.626)	(225.400)
Prejuízo Acumulado	(3.952.124)	(2.637.498)

NOTA 32 – RECEITA

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO			
	Ref.	31.12.2010	31.12.2009
Fornecimento de energia elétrica	(a)	441.699	637.374
Suprimento de energia elétrica		772.435	600.702
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		269.721	218.729
Subvenção CCC		-	576.537
Receita de remuneração do ativo financeiro		124.712	98.439
Receita de construção		438.593	257.749
Outras receitas	(b)	15.138	18.410
Total da receita bruta		2.062.298	2.407.940
Deduções da receita bruta	(c)	(542.404)	(554.142)
Receita Operacional Líquida		1.519.894	1.853.798



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

a) Fornecimento de Energia Elétrica

DESCRIÇÃO	Nº de Consumidores (*)		Mwh (*)		R\$	
	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2009
FORNECIMENTO FATURADO DE E.E.						
Residencial	599.193	587.996	1.317.610	1.197.666	476.134	444.402
Industrial	3.275	3.328	1.651.843	1.480.762	499.386	500.667
Comércio, serviços e outras atividades	62.048	57.682	945.273	854.978	367.369	357.514
Rural	36.312	22.515	46.231	35.342	9.810	8.623
Poder Público	6.827	6.488	443.403	406.402	169.918	161.598
Iluminação Pública	329	324	115.958	112.091	22.722	25.030
Serviço Público	888	835	195.962	186.474	50.573	54.652
(-) Tranf. Para Produção (**)	-	-	-	-	(772.435)	(600.702)
(-) Tranf. Para Distribuição (**)	-	-	-	-	(269.721)	(218.729)
(-) Receita de remuneração de ativo financeiro	-	-	-	-	(124.712)	(98.439)
FORNECIMENTO NÃO FATURADO	-	-	-	-	12.655	2.758
Total	708.872	679.168	4.716.280	4.273.715	441.699	637.374

(*) Informações não auditadas.

(**) Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ANEEL nº. 2.775/2008, de 24/12/2008, item 50, a Companhia efetuou a segregação da receita de geração e distribuição utilizando para o referido rateio os critérios estabelecidos no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, Instrução Contábil 6.3.27 – Resultado do Exercício.

O consumo próprio não está contemplado na quantidade de MWh gerados, assim como também no quantitativo de consumidores.

b) Outras Receitas

DESCRIÇÃO		
	31.12.2010	31.12.2009
Renda da prestação de serviço	5.038	4.452
Arrendamentos e aluguéis	7.931	2.569
Serviço taxado	1.413	1.466
Diversas receitas	756	9.923
Total	15.138	18.410



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

c) Deduções da Receita Bruta

DESCRIÇÃO		
	31.12.2010	31.12.2009
Impostos e Contribuições		
ICMS	(288.339)	(290.902)
PIS / PASEP	(27.977)	(33.593)
COFINS	(128.862)	(151.106)
Subtotal	(445.178)	(475.601)
Encargos Setoriais		
Quota para Reserva Global de Reversão (RGR)	(39.203)	(33.233)
Quota para Conta de Consumo de Combustível (CCC)	(43.532)	(34.457)
Programa de Eficiência Energética (PEE)	(5.387)	(5.419)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	(2.209)	(2.173)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(2.235)	(2.173)
Ministério de Minas e Energia (MME)	(1.104)	(1.086)
Outros encargos	(3.556)	-
Subtotal	(97.226)	(78.541)
Total	(542.404)	(554.142)

NOTA 33 – CUSTOS DO SERVIÇO

DESCRIÇÃO	Ref.		
		31.12.2010	31.12.2009
Pessoal		(176.618)	(131.423)
Material		(65.885)	(26.290)
Serviço de terceiros		(143.890)	(95.340)
Custo de Construção		(438.593)	(257.749)
Combustível para produção de energia elétrica		(2.241.098)	(1.663.431)
Recuperação de despesa - Compra Combustível - CCC		1.826.196	1.296.362
Recuperação de despesa - CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09		491.259	230.966
Energia elétrica comprada para revenda	(a)	(361.599)	(233.035)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível		(119.007)	(148.424)
Retificadora do Saldo Regulatório - Aplicação do IFRIC 12/ICPC		(16.024)	-
Aluguéis	(b)	(161.262)	(121.277)
Outros		(13.942)	(26.542)
Total		(1.420.463)	(1.176.183)

a) Energia Elétrica Comprada Para Revenda

A Amazonas Energia tem geração própria (1.662,60 MW) e completa sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia dos seguintes produtores independentes:

DESCRIÇÃO	31.12.2010		31.12.2009	
	MWh *	R\$ mil	MWh *	R\$ mil
Breitener Tambaqui	481.985	(130.877)	408.461	(95.072)
Breitener Jaraqui	518.172	(142.634)	491.715	(120.020)
Companhia Energética Manauara	515.422	(134.016)	499.103	(115.703)
Rio Amazonas Energia	558.433	(150.390)	511.094	(134.757)
Geradora de Energia do Amazonas	526.702	(137.898)	500.386	(109.913)
Cia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE	4.318	(1.414)	3.853	(1.252)
BK Energia	44.970	(8.985)	37.201	(7.237)
Hermasa Navegação S/A	738	(435)	552	(162)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	-	14.156	-	15.891
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	-	65.202	-	78.489
Reversão de Arrendamento Mercantil	-	265.692	-	256.701
Total	2.650.740	(361.599)	2.452.365	(233.035)

*Não auditado



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

b) Aluguéis

DESCRIÇÃO		
	31.12.2010	31.12.2009
Aluguel de equipamentos de informática	(33)	(76)
Aluguel de Imóveis	(1.300)	(289)
Aluguel de Equipamentos e Veículos	(6.361)	(1.265)
Aluguel de Grupos Geradores	(169.018)	(131.839)
Aluguel de Outros Bens	(184)	(3)
Pis Apuração Lei nº 10.833/03	2.789	2.175
Cofins Apuração Lei nº 10.833/03	12.845	10.020
Total	(161.262)	(121.277)

A Amazonas Energia, objetivando manter os serviços de fornecimento de energia elétrica de forma adequada nas usinas do interior, com níveis de continuidade e confiabilidade técnico-operacional satisfatória e em conformidade com as exigências da ANEEL, mantém contrato com diversas empresas, alocando grupos geradores operantes nas usinas do interior, de forma a evitar racionamento e acarretar prejuízos aos consumidores em geral.

NOTA 34 – DESPESAS COM VENDAS

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
Pessoal	(31.078)	(26.634)
Material	(710)	(374)
Serviço de terceiros	(49.084)	(15.153)
Provisão / Reversão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(4.274)	(67.357)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	(1)	(181)
Aluguéis	(1.289)	(171)
Perdas com clientes	(149)	-
Outros	(9.035)	(3.180)
Total	(95.620)	(113.050)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 35 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
Pessoal	(79.188)	(69.988)
Administradores	(377)	(287)
Material	(3.964)	(5.471)
Serviço de terceiros	(44.092)	(73.964)
Depreciação e amortização - imobilizado e intangível	(5.395)	(37.142)
Aluguéis	(1.938)	(4.339)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(3.918)	(7.049)
Taxa de fiscalização	(3.202)	(2.942)
Provisão / reversão para contingências	(7.892)	27.885
Provisão para perda em estoque	-	(5.600)
Empregados cedidos	(4.394)	(6.128)
Outros	(16.864)	(21.404)
Total	(171.224)	(206.429)

NOTA 36 – OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) - LÍQUIDAS

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
Outras Receitas		
Ganhos na alienação de bens e direitos	430	1.474
Ganhos de indenizações de seguros	1.484	-
Doações Fome Zero	-	10
Sobra no Inventário de Investimento	-	345
Diversas Receitas	3.005	214
	4.919	2.043
Outras Despesas		
Provisão para desvalorização do imobilizado (impairment)	(243.910)	(260.275)
Provisão para perdas com prescrição de créditos tributários	(468.833)	-
Diversas Despesas	(1.067)	(1.030)
	(713.810)	(261.305)
Total	(708.891)	(259.262)

NOTA 37 – RESULTADO FINANCEIRO

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
Receitas Financeiras		
Acréscimo moratório sobre energia vendida	39.792	25.420
Variação monetária ativa	46	7.248
Atualização monetária	596	596
Multa s/ Fornec. e Suprimento de Energia	18.667	12.645
Juros e Multas	116.029	13.547
Rendas s/ Aplicações Financeiras	(21)	3.436
Tributos e Contribuições s/ a Receita	-	(1.238)
Amortização e ganhos com participação societária	552	-
Ganhos atuariais - CVM 600	194	164
Ajuste a valor presente de passivo atuarial	306	220
Diversas Receitas Financeiras	15.726	355
	191.887	62.393
Despesas Financeiras		
Variação monetária passiva		
Encargos de dívidas	(34.275)	(159.218)
Encargos de arrendamento financeiro	(332.449)	(213.470)
Juros e Multas	(152.248)	(13.810)
Diversas Despesas Financeiras	(111.237)	(169)
	(630.209)	(386.667)
Total	(438.322)	(324.274)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

O aumento substancial na rubrica de Diversas Despesas Financeiras, no exercício de 2010, deve-se principalmente aos valores contabilizados de juros sobre atraso de pagamento de fornecedores, em especial a Petrobras, além da atualização monetária dos Produtores Independentes.

NOTA 38 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

38.1 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no Balanço Patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2010 e 2009 podem ser assim sumariados:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	499.063	363.334
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 05)	68.189	25.643
Dívida líquida	430.874	337.691
Total do Patrimônio Líquido	377.909	(256.450)
Total do Capital	808.783	81.241
Índice de alavancagem financeira	53,27	415,67

A redução substancial no Índice de alavancagem financeira deve-se ao fato de que no exercício de 2010 houve a integralização de capital social mediante conversão dos contratos de empréstimos e financiamentos transformados em adiantamento para aumento de capital (Nota 26).

38.2 Instrumentos Financeiros por Categoria

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou, em 31 de dezembro de 2010, uma avaliação de seus instrumentos financeiros, os quais estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros.

38.2.1 Ativos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Caixa e Equivalentes de Caixa** – são classificadas como mantidas para negociação a curto prazo e mensuradas pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. O equivalente de caixa corresponde principalmente às aplicações financeiras mantidas em fundo de investimento, conforme regulamentação em vigor.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

- **Consumidores e Concessionárias** – decorrem diretamente das operações da Companhia e são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização.
- **Ativo financeiro – concessão** - Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

38.2.2 Passivos Financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias:

- **Fornecedores** – decorrem diretamente das operações da Companhia e são mensurados pelo valor justo de mercado e amortizados essencialmente pelo método do custo amortizado.
- **Empréstimos e Financiamentos** – o principal objetivo deste instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os investimentos em projetos de expansão da Companhia, assim como também gerenciar as necessidades de seu fluxo de caixa, promovendo, desta forma, a eficiência operacional e o ajuste econômico-financeiro da concessionária. Destaca-se nesse contexto os contratos de financiamento captados diretamente da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRAS), cujas contabilizações estão registradas pelos seus valores contratuais e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo – (TJLP), ou com taxas pré-fixadas.

38.2.3 Estimativa do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a PCLD, e contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil, esteja próxima de seus valores justos.

O quadro abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo.

DESCRIÇÃO	CATEGORIA	ATIVO (PASSIVO)					
		31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
		CONTÁBIL	MERCADO	CONTÁBIL	MERCADO	CONTÁBIL	MERCADO
Ativo							
Caixa e Equivalentes de Caixa	Mantido para negociação	68.189	68.189	25.643	25.643	73.726	73.726

38.3 Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de Crédito**

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Além disso, realiza diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de efetuar seus pagamentos. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

- **Risco de Liquidez**

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade da área financeira, que atua alinhada no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e conseqüentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

- **Risco de Não Renovação das Concessões**

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa de que sejam prorrogadas. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

- **Risco de Fornecimento de Combustível**

O risco é decorrente da Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para aquisição combustíveis, em função da variação do preço do insumo. Este risco é minimizado em função da garantia do pagamento do combustível por conta da CCC.

- **Instrumentos Financeiros Derivativos especulativos**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos especulativos.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

NOTA 39 – QUALIDADE DOS CRÉDITOS DOS ATIVOS FINANCEIROS

Recebíveis Por Classe	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Grupo I			
Rural	2.606	2.407	1.541
Poder Público	-	-	33.742
Iluminação Pública	2.497	3.578	2.690
Serviço Público	33.119	22.537	20.864
	38.222	28.522	58.837
Grupo II			
Residencial	79.342	-	-
Industrial	-	95.879	77.276
Comercial	44.738	62.562	50.303
Poder Público	45.612	50.839	-
Parcelamentos	-	77.823	61.021
	169.692	287.103	188.600
Grupo III			
Residencial	-	175.053	140.870
Industrial	100.266	-	-
Parcelamentos	101.199	-	-
	201.465	175.053	140.870
Grupo IV			
Fornecimento não faturado	70.140	57.483	53.814
Total de recebíveis	479.519	548.161	442.121

O total de recebíveis demonstrados acima é representado por faturas de energia elétrica a vencer ou vencidas, não incluídas na PCLD. Estes foram classificados de acordo com a taxa de inadimplência apurada pela área comercial, conforme descrito abaixo:

Grupo I – Nível de inadimplência compreendido até 10% do total de recebíveis;

Grupo II - Nível de inadimplência compreendido entre 10,01% a 20% do total de recebíveis;

Grupo III - Nível de inadimplência compreendido acima de 20% do total de recebíveis; e,

Grupo IV – Energia vendida e não-faturada em função do calendário de faturamento. Estes são reclassificados nos demais grupos, à medida que são efetuadas leituras periódicas.

NOTA 40 – COBERTURA DE SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO				
Seguradora	RISCO	DATA DE VIGÊNCIA	IMPORTÂNCIA SEGURADA	PRÊMIO
Mapfre	Engenharia	13/07/2010 a 12/07/2011	646.000	3.000
Mapfre	Engenharia	27/08/2010 a 27/08/2011	103.429	227

As apólices de seguros oferecem cobertura aos riscos de engenharia sob a condição de primeiro risco absoluto, considerando risco coberto o acidente que exija reparo ou reposição do bem segurado, de forma a possibilitar que o mesmo possa continuar a trabalhar ou operar normalmente, respondendo a seguradora pelos prejuízos cobertos, independente dos valores em risco. A



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

responsabilidade da seguradora ficará limitada, em cada acidente, ao limite máximo de indenização, único para todas as instalações e localidades (maquinário, usinas hidrelétricas e termelétricas, equipamentos, turbinas, geradores, caldeiras, transformadores, aparelhos elétricos e equipamentos de processamento de dados).

NOTA 41 – CRÉDITOS FISCAIS

Encontram-se registrados, somente na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), os créditos fiscais, decorrentes do prejuízo fiscal e de outras adições temporárias, sem prazos de prescrição, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	2010	2009
Prejuízos fiscais acumulados	2.970.903	1.892.789
Base de Cálculo negativa da Contribuição Social	2.989.789	1.911.676
Adições Temporárias	161.813	279.831
Total	6.122.505	4.084.296

O imposto de renda da pessoa jurídica, de que trata a Lei nº 9.249/95 é calculado pelo regime de apuração do lucro real anual, aplicando-se a alíquota de 15% e adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada sobre o lucro ajustado, aplicando-se a alíquota de 9%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram apurados prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de contribuição social. Devido ao histórico de resultados negativos da Companhia não foi constituído crédito tributário

NOTA 42 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A maior e menor remuneração paga a empregados, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, foi de R\$ 24.647,96 e R\$ 1.179,94, respectivamente, de acordo com a política salarial praticada pela Companhia. O maior honorário atribuído a dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2010, correspondeu a R\$ 15.515,11.

NOTA 43 – PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Administração da Companhia decidiu alterar a política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais dos programas de benefícios pós-emprego em 2010, deixando de adotar o método do "corredor" e passando a reconhecê-las no exercício em que ocorreram, em "Outros Resultados Abrangentes", de acordo com as orientações CPC 33 e do International Accounting Standards (IAS) 19.

Os impactos dessa mudança estão demonstrados no balanço de abertura de 1º de janeiro de 2009 e na Nota 04. Os valores e as informações inseridas na presente nota já consideram os impactos acima descritos:

Obrigações Registradas no Balanço Patrimonial

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Programa previdenciário	-	126	277
Total	-	126	277



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Receitas (Despesas) Reconhecidas no Resultado			
DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Programa previdenciário	4.197	(164)	(46)
Total	4.197	(164)	(46)

Ganhos (Perdas) Atuariais Reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes			
DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ganhos (perdas) atuariais do exercício	(1.049)	233	-
Redução (aumento) de Outros Resultados Abrangentes - IAS 19	1.423	-	-
Total	374	233	-

Outros Resultados Abrangentes Acumulados			
DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Programa previdenciário	884	510	277
Total	884	510	277

43.1 Plano de Aposentadorias e Pensões

A Companhia mantém, através de uma entidade fechada de previdência privada por ela constituída para esse fim, um programa de suplementação de aposentadorias e pensões composto de:

- **Plano de Benefícios Definidos** – é composto pelo Plano Previdenciário do tipo BD 02-A, o qual está em extinção desde 01/02/2000, e a partir desta data não pode receber novos participantes. O regime financeiro deste Plano é o de capitalização, e suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado sobre a folha de salários.
- **Plano de Contribuições Definidas** – é um plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela PREVINORTE e do tempo de contribuição do participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salário.

A parte do Plano concebida na modalidade de benefício definido pode ter seu custo modificado em decorrência do comportamento da evolução salarial, de adesão ou desligamento de participantes. Já a parte do Plano na modalidade de contribuição definida não tem o seu custo modificado, independentemente da decisão das partes.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

43.2 Programa de Assistência à Saúde

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados e dependentes. Em função da estrutura de custeio adotada, os inativos e pensionistas são beneficiados com um subsídio indireto, dado que o prêmio é calculado coletivamente para toda a massa populacional.

As obrigações com esse programa também forma calculadas atuarialmente.

43.3 Cálculo Atuarial do Programa de Benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO			
Valor presente da obrigação atuarial	91.583	14.633	12.469
Valor presente dos ativos garantidores	101.598	14.507	12.192
Quotas a compensar - CD	8.592	-	-
Excesso (Insuficiência) no final do exercício	1.423	(126)	(277)
Ativo de benefício - Asset Ceiling - IAS 19	(1.423)	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	-	(126)	(277)

A movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO		
Obrigações no início do exercício	14.633	12.469
Custo do serviço	9.175	238
Custo dos juros	1.452	1.278
Benefícios pagos / adiantados	(1.939)	(334)
Aquisição de quotas - Plano CD	68.345	-
(Ganhos) ou perdas atuariais	(83)	981
Obrigações no fim do exercício	91.583	14.632
Valor justo dos ativos no início do exercício	14.507	12.192
Retorno esperado dos investimentos	1.618	1.461
Contribuições patronais	4.698	220
Contribuições de participantes	4.812	220
Benefícios pagos / adiantados	(1.939)	(334)
Ganhos ou (perdas) atuariais	966	749
Compensação de quotas	76.937	-
Valor justo dos ativos no fim do exercício	101.599	14.508

43.4 Valores Reconhecidos como Resultados dos Exercícios

Os valores reconhecidos diretamente na Demonstração de Resultado, como Outras Despesas ou (Receitas) Operacionais, estão demonstrados abaixo:

DESCRIÇÃO	31.12.2010	31.12.2009
PROGRAMA PREVIDENCIÁRIO		
Custo do serviço (líquido de contribuições de beneficiários)	4.363	19
Custo dos juros	1.452	1.278
Retorno esperado dos investimentos	(1.618)	(1.461)
Total	4.197	(164)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

43.5 Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS	
HIPÓTESES ECONÔMICAS	
Taxa de anual de juro atuarial real	6,00%
Taxa anual de inflação projetada	4,5%
Taxa esperada de retorno nos ativos	10,77%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual real de evolução custos médicos	-
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	100%
HIPÓTESES ATUARIAIS	
Taxa de rotatividade	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT – 83
Tábua de mortalidade de inválidos	AT – 83
Tábua de invalidez	LIGTH fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos

43.6 Ativos Garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	R\$ CONSOLIDADO	%
Valores disponíveis imediatos	4.601	0,0%
Realizáveis previdenciários	102.935	0,1%
Investimentos em títulos públicos	34.446.516	33,9%
Investimentos em ações	1.073.991	1,1%
Investimentos em fundos	35.551.927	35,0%
Investimentos imobiliários	2.790.809	2,7%
Empréstimos e financiamentos	7.621.755	7,5%
Outros	20.978.487	20,6%
(-) Exigíveis previdenciários	(962.988)	-0,9%
(-) Exigíveis de investimentos	(9.730)	0,0%
Total	101.598.303	100,0%

NOTA 44 – PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a compra de energia elétrica e operações de empréstimos e financiamentos. As transações são realizadas de acordo com os padrões e preços de mercado ou baseadas em contratos próprios do setor elétrico.



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

Partes Relacionadas	Natureza da Operação	31.12.2010			31.12.2009			01.01.2009	
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo
Eletrobras	Empréstimos e financiamentos	-	499.063	(34.275)	-	363.334	(159.218)	-	729.357
Eletronorte	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	537.910
Eletronorte	Cessão de funcionários	64	-	-	223	-	-	455	-
Eletrobras	Cessão de funcionários	-	-	-	-	-	-	58	-
Eletroacre	Energia comprada	-	-	(1.414)	-	-	(1.252)	-	-
Total		64	499.063	(35.689)	223	363.334	(160.470)	513	1.267.267

b) Remuneração do Pessoal – Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos. O gasto total com a remuneração no exercício de 2010 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO		
	2010	2009
Honorários de Diretoria	29	5
Honorários de Conselho	229	183
Encargos Sociais	82	66
Participação nos Lucros	-	18
Outros	37	15
Total	377	287

NOTA 45 – CONTINUIDADE OPERACIONAL DA COMPANHIA

As Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia, de acordo com o CPC 26. A insuficiência de capital de giro é suportada pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Sistema Interligado Nacional (SIN)

A interligação do Estado do Amazonas ao Sistema Interligado Nacional (SIN) se dará mediante a construção da Linha de Transmissão Tucuruí-Manaus de 500 kV, prevista para ser concluída em 2012. Obra do governo federal, orçada em R\$ 3,34 bilhões, beneficiará, diretamente ou por desvios vicinais, as cidades de Uruará, Itapiranga, Silves, São Sebastião do Uatumã, Parintins, Maués, Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Nova Olinda do Norte, Itacoatiara, até a subestação de Cariri na região de Manaus.

b) Transformação das Unidades Geradoras - Bicombustíveis

Dando prosseguimento ao projeto de transformação de unidades geradoras para utilização do gás natural, foram investidos R\$ 14 milhões para a conversão de duas unidades MS70001B da usina de Mauá e quatro unidades LM6000, com previsão de operação comercial entre os meses de janeiro a março/2011.

c) Projeto Bird (Banco Mundial)



Eletrobras

Amazonas Energia

CNPJ: 02.341.467/0001-20

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2010

projeto que proporcionasse a melhoria da performance operacional e financeira das seis Empresas de Distribuição de Energia Elétrica – EDE que atuam nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Rondônia e Roraima. Em março de 2010, representantes do Governo Brasileiro e da Eletrobras concluíram com representantes do BIRD o processo de negociação e em 03 de junho de 2010 o Banco Mundial aprovou o financiamento de US\$ 495 milhões para o Projeto de Melhoria de Performance Operacional e Financeira das Empresas de Distribuição da Eletrobras, montante este que deverá ser aplicado nos exercícios de 2011 a 2015.

Manaus – AM, 31 de dezembro de 2010.

PEDRO CARLOS HOSKEN VIEIRA
Diretor Presidente

RONALDO FERREIRA BRAGA
Diretor Financeiro

LUÍS HIROSHI SAKAMOTO
Diretor de Gestão

PEDRO MATEUS DE OLIVEIRA
Diretor Comercial

TARCÍSIO ESTEFANO ROSA
Diretor de Operação e Diretor de
Geração e Transmissão

LEONARDO LINS DE ALBUQUERQUE
Diretor de Planejamento e Expansão

MARIA SUELY DA SILVA OLIVEIRA
Contadora – CRC – AM 009492/O-2